



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA

**IDENTIDADE POLÍTICA NUMA CENTRAL SINDICAL NA
CIDADE DE MANAUS: UM ESTUDO PSICOPOLÍTICO**

MANAUS

2017

PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA

**IDENTIDADE POLÍTICA NUMA CENTRAL SINDICAL NA
CIDADE DE MANAUS: UM ESTUDO PSICOPOLÍTICO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia – FAPSI da Universidade Federal do Amazonas – UFAM como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI,

Orientadora: Prof. Dr^a. Iolete Ribeiro da Silva

MANAUS

2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A447i Almeida, Paulo Victor Telles de
Identidade política numa Central Sindical na cidade de Manaus:
um estudo psicopolítico / Paulo Victor Telles de Almeida. 2017
104 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Iolete Ribeiro da Silva
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Central Sindical. 2. Sindicalismo. 3. Movimentos Sociais . 4.
Psicologia Política. 5. Identidade Política. I. Silva, Iolete Ribeiro da
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA

“Identidade política numa central sindical na cidade de Manaus : aspectos psicopolíticos.”


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na **Linha de Processos Psicossociais.**

Aprovada em 09 de junho de 2017.

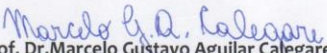
BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Iolete Ribeiro da Silva

Universidade Federal do Amazonas


Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva

Universidade de São Paulo


Prof. Dr. Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Universidade Federal do Amazonas

À Magali, pelos ensinamentos.

Agradecimentos

À vida e seus bons encontros que dão sentido e potência para continuar perseverando.

À minha família, sempre presente nos bons e maus momentos, servindo de amparo em todos os sentidos.

À Débora, companheira que com seu amor e compreensão foi uma força fundamental para que essa jornada se tornasse leve e alegre.

À professora Iolete Ribeiro, por sua amizade e apoio, transbordando as barreiras das relações acadêmicas para se tornar uma amiga eterna.

Às/Aos camaradas do PSTU e da CSP-Conlutas, que mostraram que só a luta muda a vida.

Às/Aos camaradas do Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação, pelos dias de conversas e sorrisos.

Às/Aos trabalhadoras/es da Faculdade de Psicologia – FAPSI, pelo carinho e apoio na minha participação no mestrado.

À todas/os as/os professoras/es do mestrado pela contribuição no desenvolvimento das ideias para esta dissertação.

À FAPEAM, pelo auxílio de uma bolsa que financiou esta pesquisa.

Resumo

Neste trabalho, procuramos compreender aspectos psicopolíticos da identidade política de pessoas que compõem uma central sindical da cidade de Manaus. Para isso, reportamo-nos a autores que fazem uma leitura da atual conjuntura política e da história no movimento sindical, trazendo conceitos e construções históricas. Além disso, dialogamos com autores que levantam conceitos que nortearam a reflexão acerca daquilo que foi discutido com os/as participantes da pesquisa, como o de política, o de identidade e a própria elaboração que a Psicologia, enquanto ciência emancipatória e transformadora traz desses marcos conceituais. Para isso, trouxemos num primeiro momento, enquanto elaboração metodológica, alguns aportes epistemológicos acerca do fazer ciência, para a partir daí adentrar no tipo de pesquisa, cuja base será qualitativa. Após isso, discorreremos sobre os sujeitos e o local da pesquisa, a saber, sujeitos que fazem parte de uma Central Sindical da cidade de Manaus, a CSP-Conlutas. Também optamos como técnica e instrumentos de pesquisa as entrevistas individuais não-estruturadas ou despadronizadas e observação participante. Por fim, analisamos os dados coletados das entrevistas e da observação pelo método dialético, aprofundando o processo de constituição das identidades, e entendendo sua dinâmica a partir das contradições que surgem na realidade estudada. Na observação participante ficamos por cerca de 1 (ano) participando das atividades e percebemos a dinamicidade da conformação de identidades, constantemente reconfigurada de acordo com o contexto. A burocracia, os governos, e a polícia aparecem no jogo dialético das identidades políticas como o ELES que sustentam as relações de opressão, cujo desdobramento é a criação de um NÓS que tentam superá-la, como os movimentos sociais, os sindicatos etc. Já em relação às entrevistas, entrevistamos 05 (cinco) participantes durante o período de 02 (dois) meses. Houve um aprofundamento de como se conformam essas categorias assinaladas como ELES, além de uma melhor percepção de como se constroem o NÓS dentro da Central Sindical. Neste caso, mesmo existindo movimentos com suas peculiaridades e suas pautas de luta, a CSP-Conlutas, com seu programa e princípios, aparece como um organismo onde se sustentam identidades coletivas. Entretanto, essas identidades se mostram flutuantes, pois as diferenças surgem dentro da própria Central, não se construindo, não obstante a isso, relações de exclusão. Em relação ao ELES, nas entrevistas podemos vislumbrá-los de forma mais detalhada, como a construção da CSP-Conlutas a partir de uma dissidência com a CUT, e a polícia surgindo novamente na fala de um entrevistado. Por fim, a Psicologia Política surge como uma possibilidade

epistemológica para pensarmos esses espaços nos quais os sujeitos que ali se encontram visam a transformação social a partir da superação das relações de exploração sustentadas pelo sistema capitalista.

Palavras-chave: Central Sindical; Sindicalismo; Movimentos Sociais; Psicologia Política; Identidade Política.

Abstract

In this paper, we seek to understand psychopolitical aspects from the political identity of the people who make up a trade union center (central syndical) in the city of Manaus. For this purpose, we report to authors who make a reading of the current political situation and history in the syndical movement, bringing historical concepts and constructions. In addition, we dialog with scholars who raise concepts that lead the reflexion on what was discussed with the participants of the research, such as politics, identity, and the elaboration itself that Psychology, as an emancipatory and transforming science brings from these conceptual marks. To this end, we have brought at first, as a methodological elaboration, some epistemological contributions about doing science, so from this point we get in the type of research, whose basis will be qualitative. After that, we are going to broach about the subjects and the place of the research, namely, subjects who are part of a Trade Union Center from the city of Manaus, CSP-Conlutas. We also opted, as technical and research instruments, for the individual non-structured or unpatterned interviews and participant observation. Finally, we analyze data collected from interviews and observation by the dialectical method, deepening the process of constitution of identities, and understanding its dynamics from the constructions that arise in the studied reality. In the participant observation we stayed for about 01 (one) year participating in the activities and we perceive the dynamicity of the conformation of identities, constantly reconfigured according to the context. The bureaucracy, the governments, and the police appear in this dialectical game of political identities such as the THEY that sustain relations of oppression, whose unfolding is the creation of a WE that try to overcome it, such as social movements, unions, etc. Regarding the interviews, we interviewed 05 (five) participants during the period of 02 (two) months. There was a deepening of how these categories marked THEY are conformed, as well as a better perception of how WE are built within the trade union center. In this case, even if there are movements with their peculiarities and their patterns of struggle, CSP-Conlutas, with its program and principles, appears as an organism where collective identities are sustained. However, these identities are shown as fluctuating, because the differences arise within the Central itself, not being constructed, nonetheless, relations of exclusion. Regarding THEY, in the interviews we can glimpse them in a more detail way, such as the construction of CSP-Conlutas from a dissent with the CUT Central, and the police appearing again in the speech

of an interviewee. Finally, Political Psychology emerges as an epistemological possibility to think about these spaces in which the subjects that can be found there aim to the social transformation by overcoming the relations of exploitation sustained by the capitalism system.

Keywords: Trade Union Center; Syndicalism; Social Movements; Political Psychology; Political Identity

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADUA – Associação dos Docentes da UFAM

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livre

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança

CAIMI – Centro de Atenção à Melhor Idade

CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular/Conlutas

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ENE – Encontro Nacional da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MAS – Movimento de Ação Sindical

MÊS – Movimento de Esquerda Socialista

MLP – Movimento Luta Popular

MML – Movimento Mulheres em Luta

MP – Medida Provisória

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTS – Movimento por uma Tendência Socialista

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PT – Partido dos Trabalhadores

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SPA – Serviço de Pronto Atendimento

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNE – União Nacional dos Estudantes

Sumário

1	Introdução.....	13
2	Referencial Teórico	18
2.1	Para o que olhamos: os/as participantes de uma Central Sindical.....	18
2.2	Com o que olhamos: a Psicologia Política	21
2.3	O que olhamos: a identidade política	26
3	Metodologia.....	33
3.1	Pressupostos epistemológicos	33
3.2	Tipo de pesquisa	34
3.3	Sujeitos e local da pesquisa.....	36
3.4	Técnicas de coleta de dados	38
3.5	Análise dos dados.....	39
3.6	Procedimentos éticos	40
4	Análise e Discussão dos Dados	41
5	Considerações Finais.....	88
6	Referências.....	92
	Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	95
	Apêndice B – Roteiro de Entrevistas Individuais Despadronizadas ou Não-Estruturadas..	97
	Apêndice C – Roteiro de Observação Participante	98
	Anexo A – Termo de Anuência da Instituição	99
	Anexo B – Parecer Consubstanciado do CEP	100

1 Introdução

Devemos antecipar, primeiramente, que esta pesquisa surgiu de uma inquietação, cujo desdobramento foi um ato, a qual nos fez desenvolver as primeiras perguntas referentes àquilo que se apresentava no contexto onde estava me inserindo. A inquietação consistiu de um desejo coletivo em construir um sindicato que representasse dignamente a categoria de psicólogas/os no Estado do Amazonas. Aconteceu, a partir daí, uma série de encontros que nos levaram a uma central sindical, denominada CSP/Conlutas.

É justamente a partir de um desassossego que a jornada começa. Do que se trata esta dissertação? Ou melhor, de quem se fala? Um grupo heterogêneo de militantes. Antes, entretanto, precisamos mencionar que fazemos parte de um Laboratório de Pesquisa – Desenvolvimento Humano e Educação – e foi discutindo nesse espaço que uma realidade repleta de antagonismos descortinou-se diante de todos os meus sentidos. Dentro dele, aprendemos que o sistema capitalista, no qual estamos inseridos, traz em seu bojo a lógica tirânica dos dominadores e dos dominados, daqueles que estabelecem as regras, e dos que a obedecem, sem saber na maioria das vezes exatamente o porquê de tal submissão.

Então... Foi assim que nos pegamos refletindo, a saber, mesclando esses posicionamentos políticos do espaço onde nos encontramos inseridos e do qual nos posicionamos a seu lado, e tomando conhecimento de determinados acontecimentos que dizem respeito à luta da classe trabalhadora, como o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, conhecido com PL das terceirizações, ou as Medidas Provisórias (MP) 664 e 665. *Será que as/os trabalhadoras/es dessa central sindical sabem disso?*, perguntávamo-nos, num primeiro momento, ingenuamente. Mas aí me surgia a dúvida da dúvida anterior: *As/Os trabalhadoras/es estão participando de forma crítica das discussões que dizem respeito a toda classe trabalhadora?* Nossos pensamentos também nos levaram em nossa implicação enquanto psicólogos/as, *qual a contribuição da Psicologia para o desenvolvimento dessas discussões?*

Na medida em que esses questionamentos ganhavam forma, acabamos descobrindo a existência de um espaço potencialmente capaz de possibilitar as discussões e as tomadas de consciência por parte de toda a classe trabalhadora. Ele se chama Central Sindical e Popular, ou

podendo ser denominada apenas por “CSP-Conlutas”. Dentro dela, deparamo-nos com diversas organizações que compõem a base para as discussões dentro da central, como a ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livre), o MLP (Movimento de Luta Popular), além de outras oposições sindicais, como a dos Correios e a dos metalúrgicos. Ou seja, meus primeiros questionamentos já estavam caminhando para o erro.

Lançamo-nos, assim, uma nova pergunta, provocativa, *será que esses espaços institucionalizados propiciam, de fato, discussões que dizem respeito à classe trabalhadora, ou são apenas espaços onerosos, criados apenas para burocratizar as ações?* Tivemos um agradável encontro! Encontramos trabalhadoras/es engajadas/os nos debates a respeito de suas profissões, participando das discussões nas instituições públicas, e, principalmente, não se deixando aquiescer pelos estigmas preconceituosos construídos por uma sociedade exploradora e opressora. Todas/os as/os camaradas com quem construímos uma relação são exemplos do agir e do pensar comprometidos com a transformação e a emancipação de subjetividades, cujas ideias confirmaram aquilo que desconfiávamos – algo, de fato, acontecia, e nós estávamos redondamente enganados/as.

Ainda nos restou a seguinte questão, *e o contexto? Como estão as discussões na CSP-Conlutas?* Na Central que representa uma parcela significativa da classe trabalhadora no Amazonas... Pois bem, é exatamente aqui que nossa jornada desejante começa – o que fazemos agora? Projetamos para um devir, descolamos para o futuro lançando a hipótese de que as discussões estão sendo feitas em tal espaço, aprofundadas, especialmente as que dizem respeito as suas profissões que terão desdobramentos em diversos âmbitos de suas vidas, proporcionando-lhes direitos que embasam qualquer democracia. Cabe nesses debates, portanto, uma escuta ética e científica, a qual deve servir para fazer eco, rebater um ruído que passa despercebido pelos diversos ouvidos que ali se fazem presente. Um trabalho conjunto, um elemento colocado que tenta acrescentar algo no contínuo rearranjo das composições coletivas.

Podemos agora, ao discorrer brevemente sobre os caminhos que traçam o início da nossa reflexão, apresentar a linha teórica que me servirá de guia. Como primeiro aporte, a Psicologia Política, trabalhamos com autores que refletem principalmente nosso contexto da América Latina como Maritza Montero (1991, 2009) e Martín-Baró (1991), além do filósofo Jacques Rancière (1996, 2000), com seu conceito de política. Já para contextualizar as Centrais Sindicais, ou seja,

desdobrar sua história e fazer uma caracterização atual, buscamos autores como Antunes (1982) e Almeida (2007), autores/militantes experientes, cuja história de vida descreve uma luta para a consolidação e elevação da consciência da classe trabalhadora dentro de sindicatos. Por fim, ao discorrer sobre identidade política, trago especialmente as ideias de Prado (2001, 2002), além de Machado (2013), pois percebemos nesses autores a possibilidade de vinculação de dois significantes importantes para o entendimento da subjetividade: identidade e política.

A Psicologia Política surge, como um campo de reflexão/atuação, numa conjuntura propícia para o seu desenvolvimento dentro do contexto das relações de dominação do sistema no qual estamos inseridos/as. Este saber, conforme pontua Machado (2013), está localizado na intersecção entre psicologia e política e busca compreender de maneira interdisciplinar como os discursos políticos afetam a vida coletiva e vice-versa. Essas questões implicam no reposicionamento do espaço público e das diretrizes que norteiam a construção de um comum compartilhado em sociedade.

Um desses espaços de partilha seriam as Centrais Sindicais, pois essas podem ser categorizadas como lugares de discussões de um dos maiores movimentos sociais produzidos com o advento do capitalismo: os sindicatos (Almeida, 2007). A novidade, porém, trazida pela Central Sindical, onde se pretende construir os debates, é que a CSP-Conlutas não abrange apenas trabalhadores/as, mas movimentos sociais (estudantis, urbanos e rurais) compostos por pessoas que sofrem os mesmos ataques promovidos por aqueles/as que estão ao lado dos interesses de uma minoria que visa apenas o lucro. Pensar dentro deste lugar, assim, é trazer discursos não apenas da maioria explorada pelo trabalho, mas também daqueles/as que nem ao menos tem a possibilidade de viver dignamente dentro dos marcos exploratórios do sistema, ou seja, recebendo o mínimo para sobreviver e dando a única coisa que lhes têm – a sua força de trabalho.

Por fim, para falar de identidade política, nos reportamos ao conceito de identidade, que serve de bojo para essa síntese. Tomamos como prerrogativa a ideia de que a formação e a transformação da identidade dentro do contexto no qual estamos inseridos se dá dentro de uma perspectiva dialética de regulação e emancipação (Lima & Ciampa, 2012). Partindo disso, vislumbramos a existência de fronteiras políticas que se separam por categorias humanas, que podem ser superadas pela construção de espaços de luta política. Tomamos, portanto, as Centrais

Sindicais como espaços propícios para a mobilização e discussão geradoras de ação contra os ataques constantes que sofrem a maioria de operários/as, estudantes, sem-tetos etc.

Pontuado isso, no segundo capítulo dialogamos sobre os aportes teóricos que serviram de base para reflexão da realidade na qual nos inserimos, a saber, uma contextualização da história do sindicalismo e da Csp-Conlutas no Brasil e na cidade de Manaus, além disso, elaboramos a questão da Psicologia Política como marcos epistemológicos que nos serviram de bússola para observar o contexto, e por fim, recortes dentro desse arcabouço teórico que nos deram coesão e coerência para pensarmos a proposta do trabalho, trazendo conceitos de política, identidade, identidade política e coletiva para o debate.

Já no terceiro capítulo discorremos a respeito do método que utilizamos para atuar dentro da Central Sindical. A abordagem qualitativa nos guiou quando saímos a campo para observação participante e a entrevista com os/as militantes da Csp-Conlutas. Passamos aproximadamente 01 (um) ano participando das atividades da Central, além de entrevistar 05 (cinco) membros da organização. A forma de analisar os dados escolhida foi o método dialético. Todos os instrumentos se mostraram válidos para nos mostrar como trabalhar em campo diante dessa realidade.

No quarto capítulo, nos voltamos para análise da observação participante e das entrevistas. Dividimos na observação os seguintes subcapítulos, *Minha primeira participação*, *A marcha da periferia*, *A construção do Fórum de Lutas* e *O processo de legalização da regional*. Já em relação às entrevistas, a partir do que dialogamos com os/as participantes, os seguintes subcapítulos foram elencados, *Um aspecto do psicopolítico: os caminhos do desejo e da necessidade*, *Acerca do NÓS: o movimento e a Central Sindical*, *A configuração do ELES: quando o coletivo se torna público*. Segue, por fim, algumas considerações e as referências.

Propusemos, portanto, apropriando-nos desse contexto, (1) compreender aspectos psicopolíticos da identidade política de sujeitos que atuam numa central sindical na cidade de Manaus. Além disso, também vislumbramos (1) identificar como se constroem os aspectos psicopolíticos no discurso dos/as participantes que atuam numa central sindical; (2) analisar os aspectos psicopolíticos associados à identidade política na fala dos sujeitos da pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1 Para o que olhamos: os/as participantes de uma Central Sindical

Propomos, para dar início à questão teórica, um exercício reflexivo sobre a ciência. Sempre que construímos um projeto científico, algumas premissas surgem como necessárias, a saber, os sujeitos com os quais trabalharemos, quais premissas teóricas colocaremos diante dos nossos olhos ao dialogar com esses indivíduos e o que, munidos dessa lente de aumento, observaremos. Pois bem, começaremos aqui trazendo apontamentos a respeito, primeiramente, de quem são essas pessoas, o que é esse organismo montado para reunir esses indivíduos numa coletividade, além do porquê de eles/as se reunirem numa organização, no caso a Central Sindical denominada CSP-Conlutas.

Antes, porém, queremos fazer um pequeno apanhado conceitual de significantes importantes, cujo desenvolvimento mostrou-se relevante para o levantamento de determinadas questões. O primeiro deles é o *sindicato*, afinal, uma Central é composta por diversos sindicatos. Os primeiros sindicatos surgem com o advento do sistema capitalista, mais especificamente no momento em que as contradições dessa sociedade atingem sua plenitude, ou seja, os antagonismos que compõem esta sociedade seriam a dos sujeitos que detêm os meios de produção para lucrar, os burgueses, e aquele que possuem apenas sua força de trabalho e se submetem à exploração dos primeiros, os proletários (Antunes, 1982).

O contexto no qual esses sindicatos surgem é o desenvolvimento das máquinas e o aparelhamento das fábricas por elas. Com esse advento, denominado maquinismo, gerou-se um excedente de mão de obra, além de precarizar os postos de trabalho, com a diminuição dos salários dos/as trabalhadores/as, as condições insalubres de trabalho e jornadas extenuantes. A contrapartida disso é uma quantidade enorme de pessoas que compõem essa classe trabalhadora, a qual cresce quanto mais se desenvolve a estrutura do capitalismo, sendo que os/as operários/as encontraram um meio de resistência eficaz contra essa pressão em organizações próprias para sua defesa.

É dentro dessa conjuntura que nascem os sindicatos, sendo um dos principais, senão o principal, movimento social surgido dentro do capitalismo (Almeida, 2007). Eles constituem um momento importante de organização da classe operária contra a usurpação do capital, sendo uma luta, desta forma, contra os efeitos do capitalismo.

Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para a sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e de introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer. (Antunes, 1982, p. 13)

A atuação dos sindicatos tem por função, portanto, impedir que o operário se veja na obrigação de aceitar as condições precárias de trabalho impostas pelo patrão, baseando-se em lutas cotidianas daqueles que possuem a força de trabalho e devem ser vistos como um centro de organização dos/as operários/as cujo objetivo é a emancipação econômica, social e política. Esses lugares conseguiram, neste caso, tornar-se representantes dos interesses de uma maioria, conseguindo agrupar em seu seio a classe de trabalhadores/as que não estavam organizados, evitando, assim, que se continuasse uma luta isolada e individual contra o capitalismo (Antunes, 1982, Almeida, 2007).

Outro avanço conquistado foi a aglutinação de diversas categorias de determinada região numa federação. São os esboços das primeiras *Centrais Sindicais*. Posso situar historicamente, conforme assinala Antunes (1982), que a primeira central surgiu em 1830, aparecendo como associação geral de operários ingleses, denominada Associação Nacional para a Proteção do Trabalho, cujo objetivo era unificar todos os sindicatos, reunindo operários têxteis, mecânicos, fundidores, ferreiros, mineiros etc. O refluxo da criação dessas centrais foi a demissão de milhares de operários, sendo esta a forma de pressionar as pessoas a não participarem da vida sindical, além de fazer com que diversos sindicatos fossem extintos.

Pois bem, fazendo um giro para o Brasil, primeiramente deve-se pontuar que não pretendemos fazer uma contextualização da história do movimento sindical no Brasil, afinal não há espaço aqui para isso, mas o foco é construir uma ideia da criação da central onde atuamos, ou

seja, a CSP-Conlutas. Essa Central, inicialmente apenas denominada Conlutas¹, surge em 2004, agrupando correntes sindicais que integravam a Central Única dos Trabalhadores (CUT), como o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), além do Movimento de Esquerda Socialista (MÊS), Movimento de Ação Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, todas essas ligadas ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (Tróia, Galvão, & Marcelino, 2013).

Cabe, aqui, uma pontuação sobre o afastamento desses movimentos da CUT. De acordo com Almeida (2007), a construção de uma nova organização surge para ser uma alternativa de organização e de conscientização da luta da classe trabalhadora e popular frente a falência da CUT. A derrocada dessa central deveu-se especialmente ao refluxo das mobilizações sindicais que acompanharam as recessões econômicas das décadas de 80 e 90 do século XX, cujos desdobramentos foram sua cooptação às entranhas burocráticas do Estado, e seu afastamento da base. Ela encontra-se, atualmente, mais atrelada ao Estado e aos empresários e dominada por uma cúpula que se utiliza do poder econômico para manter seu controle.

Retomamos agora, feita a pontuação, à questão da proposta da central, ou seja, o que ela apresenta enquanto diferencial dentro de uma conjuntura negativa para os/as explorados/as. Segundo Tróia, Galvão e Marcelino (2013), a CSP-Conlutas constitui uma experiência inovadora no país, uma vez que não abrange apenas as entidades sindicais, mas uma diversidade de movimentos sociais, como o estudantil, o urbano e o rural. A construção dá-se, portanto, de maneira a aglutinar setores heterogêneos e de bandeiras variadas, não obstante suas posições antineoliberais e socialistas.

No Amazonas a primeira tentativa de formação ocorreu no dia 30 de outubro de 2011, em Manaus, na sede do Sindicato dos Bancários, reunindo nesse dia representantes de sindicatos, movimentos populares, estudantes e oposições de trabalhadores (Massulo, 2012). Sua criação na cidade reflete o aumento da exploração e a necessidade da criação de sindicatos e movimentos

¹ A denominação CSP-Conlutas surge em 2010 com o objetivo de aglutinar outros setores, além do sindical, como os/as estudantes e os movimentos de ocupação. De acordo com a Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas (2011), isso ocorreu no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), ocorrido na cidade de Santos.

independentes dos setores que oprimem a maioria desfavorecida. No caso de Manaus isto se torna mais urgente, pois temos um polo industrial com uma quantidade gigantesca de trabalhadores/as, além de um número expressivo de funcionários/as públicos/as e estudantes, tanto secundaristas como universitários/as. Embora a assembleia de criação tivesse ocorrido, devido a problemas burocráticos não se deu prosseguimento na legalização da Central no Estado.

Tentamos, para início de discussão, fazer este pequeno levantamento contextual, trazendo alguns conceitos de sindicato, além de uma breve história da criação da central sindical da qual me aproximo. Precisamos, entretanto, ir além para o desenvolvimento da linha de reflexão, e quero propor agora pensar a Psicologia Política, lente de aumento com a qual vou observar todos esses fenômenos que acabo de descrever. Terminamos, porém, com Antunes (1982), que diz que uma central única e forte constitui-se num dos baluartes da luta da classe operária contra o capitalismo, acrescento também os movimentos sociais. A pergunta agora é: com o que vamos olhar isso?

2.2 Com o que olhamos: a Psicologia Política

Pois bem, construída a proposta de se compreender a identidade política de sujeitos que atuam numa central sindical, propomos agora adentrarmos nos principais conceitos que servirão de referência para a análise da realidade empírica na qual estarei inserido. Neste estudo algumas ideias mais abrangentes serão desmembradas para uma compreensão mais detalhada, e tentaremos desenvolver alguns pontos que consideramos importantes para o entendimento de tais elementos. Assim, por exemplo, antes de trabalhar a *identidade política*, gostaríamos de refletir sobre o que seria *identidade e política*, sempre discutindo com o amparo psicopolítico.

A Psicologia Política, aqui, é um saber importante para o diálogo tanto com os conceitos, quanto com a realidade empírica. Concordamos, inicialmente, com Sabucedo e Rodriguez (2000), ao afirmarem que tal campo do conhecimento é interdisciplinar, ou seja, ele trata de integrar os campos da psicologia e da ciência política. Ora, talvez seja esse o caminho a ser trilhado ao vislumbrar a proposta deste projeto, ou seja, escutar os atores que compõem determinado contexto para, a partir daí, refletir como se dá a construção de suas identidades, neste caso, política.

Acreditamos, dentro dessa perspectiva interdisciplinar, que devemos fazer um corte aqui. Que *psicologia* é essa? Trouxemos aqui Montero (1991, p. 35) que pontua uma psicologia que “ao tomar consciência de sua inserção em uma peculiar formação econômico-social e em um sistema político e econômico internacional, vira-se para os problemas, fenômenos e necessidades próprias das sociedades em que surgem”. Estamos, portanto, diante de um campo deste saber engajado, cujo ponto de observação é a contradição velada que sustenta a manutenção das explorações, as quais são sempre vistas como problemas a serem superados. A palavra-chave aqui é *engajamento*.

E outro corte aqui... O que é *política*? Afinal, discorrer sobre Psicologia Política incita essa reflexão, e diversos autores em muitos momentos históricos elucubraram sobre tal conceito. Buscamos, portanto, nas ideias de Rancière (1996, 2000) o ponto de partida para o desenvolvimento de uma linha de raciocínio. Para este autor a política “é a prática na qual a lógica do traço igualitário assume a forma de tratamento de um dano, onde ela se torna o argumento de um dano principal que vem ligar-se a tal litígio determinado na divisão das ocupações, das funções e dos lugares”. (Rancière, 2000, p. 46).

O desdobramento do dano mobiliza também um movimento por parte de uma coletividade. Conforme Rancière (1996, p. 42) “a atividade política é a que descola um corpo do lugar que é designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha um lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho”. No caso dos/as trabalhadores/as, a organização dos sindicatos junto às centrais sindicais configura esse desdobramento de um dano, essência do sistema no qual estamos inseridos.

Lembrando que esse sistema é o capitalista, modelo cuja sustentação implica sempre no abuso da maioria e o usufruto de uma minoria privilegiada historicamente. A divisão fundamental encontra-se, assim, na exploração do grupo que possui apenas sua força de trabalho pelo grupo que detém os meios de produção. Os/as operários/as nas fábricas, as pessoas que trabalham na construção civil e nos transportes coletivos são exemplos de grupos que sustentam a dinâmica desta sociedade e, mesmos assim, continuam explorados cotidianamente. O dano causado pela divisão está evidente e, portanto, a política.

Podemos analisar a questão da política também dialetizando a questão do espaço público e do privado. Montero (2009) pontua esta via para entender o âmbito do político, ou seja, ela parte

da prerrogativa de que toda a vida humana é social, não podendo ser de outra maneira. Seria, neste caso, uma forma de ocupação dos espaços, sendo que o espaço e o tempo coletivo ocorreriam nos campos da espera pública, não obstante tendo consequências diretas na esfera privada, podendo inclusive modificá-la.

Neste espaço público ocorre o jogo de forças que constroem as relações sociais e possibilitam ações coletivas. Há, também, neste espaço uma emergência de antagonismos os quais, no caso dos/as trabalhadores/as, está intrinsecamente ligado com a exploração proporcionada pela minoria que controla todos os instrumentos de produção. Como não pensar numa fábrica, modelo material do local onde as pessoas são consumidas constantemente por movimentos repetitivos e olhares controladores dos patrões que geram, além de um sofrimento físico, uma dor psíquica? Finalizo com Melucci (citado por Prado, 2001)

O espaço público torna-se a arena de definição concordada do que é o político, isto é, do que pertence a polis. Sua função é trazer para a discussão aberta as questões problematizadas pelos movimentos e promover suas concepções coletivas – não para institucionalizar os movimentos, mas para tomar a sociedade como um todo capaz de assumir seus dilemas internos precisamente como seus próprios, para transformá-los em política. (p. 169)

Desejamos partir destas duas perspectivas do político, a saber, o *momento do dano* e o *espaço e o tempo do público*, além do *engajamento* na Psicologia. Estes conceitos nos ajudarão a entender o papel da Psicologia Política dentro do contexto no qual estamos inseridos, além de possibilitar um norte de ação de tal saber. Afinal, acreditamos piamente que teoria e ação são práticas indissociáveis, ou seja, não podemos refletir aqui a identidade política da classe trabalhadora sem proporcionar, no mínimo, uma mudança, através da reflexão, na consciência coletiva dos sujeitos que participarão desta pesquisa.

Pois bem, voltando para a Psicologia Política, pretendemos agora trazer alguns conceitos e características desta ciência à luz de alguns/as teóricos/as. Dentre eles/as, apresentamos para discussão Montero (1991, 2009), Martín-Baró (2013), Sabucedo e Rodriguez (2000), Prado (2002), dentre outros. Montero (2009), para início de discussão, começa relacionando a Psicologia Política enquanto espaço multidisciplinar e onde ocorrem os fenômenos públicos. Conforme ela, tal saber seria “um espaço multidisciplinar que se ocupa em descrever, analisar e explicar os fenômenos que

se referem à vida pública em função das prescrições sociais geradas para organizar essa vida”. (p. 204).

Uma questão surge dentro deste conceito que precisa ser elaborado pacientemente – a vida pública. Voltamos à questão do espaço público, no qual ainda conforme Monteiro (2009) é também vida política e que, portanto “se refere aos espaços compartilhados por todos os integrantes de uma sociedade, seguindo normas explícitas e implícitas cultural, histórica, dinamicamente estabelecidas e revisadas” (p. 204). Aqui a autora não coloca a questão dos antagonismos, entretanto, a questão deste espaço ser algo construído mostra-se um tanto quanto interessante para nossas reflexões.

Este espaço, que é o campo da Psicologia Política, no caso desta pesquisa, seria a Central Sindical onde estaria inserido. Lá, damos um salto qualitativo nas discussões, ou seja, elas se tornam conscientes dentro do coletivo e, portanto, politizadoras. Neste caso, o que é dito, as vozes dos/as camaradas que compõem a central, tornam-se equivalentes, surgindo os problemas os quais dizem respeito a toda classe trabalhadora que lá estão, fazendo, assim, o privado tornar-se público.

Abrimos caminho aqui para entendermos o que interessa aos/às psicólogos/as que estudam a Psicologia Política. Concordamos com Martín-Baró (2013) ao escrever que “o que interessa ao psicólogo político é, acima de tudo, promover certas causas sociais, a partir da perspectiva particular que é proporcionada por sua disciplina” (p. 585). A participação, no caso desta pesquisa, dentro do espaço onde atuaremos, é fundamental para incitar a discussão de questões que afetam a subjetividade e as relações coletivas das categorias, cujo local de encontro é a central sindical.

Interessante refletir sobre o engajamento não apenas dos sujeitos que participarão da pesquisa, mas também dos/as psicólogos/as enquanto categoria. Afinal, é justamente isso, somos também uma categoria de trabalhadores/as! Essa via de mão dupla é muito importante, pois desconstrói a relação “fria” proposta por alguns teóricos da ciência, especialmente na Psicologia. Os testes aplicados em muitas pessoas que trabalham nas fábricas, por exemplo, retira essa possibilidade de nos vermos enquanto categoria de profissionais, algo como se não sofrêssemos os mesmos abusos, guardadas suas peculiaridades, enquanto classe trabalhadora. Ainda com Martín-Baró (2013),

A Psicologia Política deve dedicar atenção aos processos de ser e agir das pessoas e dos grupos, assim como às vivências mediadoras e aos efeitos desses agir, indo para além das

formas psíquicas já definidas. . . . ou da apreensão dos comportamentos já realizados como meros dados positivos. (p. 583)

Não podemos, portanto, pensar a Psicologia Política e os indivíduos desse universo, tanto os/as participantes quanto os/as pesquisadores/as, como objetos a serem estudados e sujeito que não se modificam. Devemos, entretanto, refletir sujeitos ativos inseridos dentro de um contexto social, que ao mesmo tempo em que o modifica, são modificados por ele.

A Psicologia Política . . . remete o ser humano e seu comportamento ao sistema social do qual é parte e ator e, assim, obriga a inclusão do marco estrutural em toda a análise, não como algo extrínseco ao comportamento das pessoas e dos grupos, mas como um constitutivo essencial. (Martín-Baró, 2013, p. 582)

Precisamos, a partir de agora, fazer recortes para vislumbramos melhor o que a Psicologia Política observa. Martín-Baró (citado por Montero, 1991) agrega quatro características essenciais: sua historicidade, seu caráter conflitivo que supõe uma ruptura social, seu caráter grupal e coletivo, seu caráter identificatório, já que deve produzir a construção de uma identidade social. Ancoraremos-nos aqui, neste último ponto para propor nosso recorte, a questão da *identidade*, ou melhor, da *identidade política*.

Há, adentrando na questão da identidade, autores/as que aprofundam esta associação, a saber, a identidade enquanto proposta teórica da Psicologia Política. Tomando esta categoria como premissa, ela pode ser entendida como,

um estudo das condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas, que são necessárias para a constituição de uma identidade coletiva – NÓS – baseada na diferenciação de um elemento exterior (Prado, 2001, p. 154)

Ora, estudando o campo dos sindicatos, essa é uma justificativa bastante plausível. Afinal, os/as trabalhadores/as precisam criar uma identidade entre eles/as para, a partir daí, construir ideias as quais num primeiro momento aparecem difusas, mas que nas discussões ganham concretude. É nesse ponto, com as ideias alinhadas e o desejo de transformação organizado num discurso cujo reflexo é a demanda de todas as categorias que podemos gerar um ato. A dialética pensar/agir mostra-se de maneira interessante, e ousar dizer que ela é mediada justamente por essa identidade coletiva produzida neste espaço.

Tentamos mostrar, até aqui, com que olhar observamos determinado fenômeno, ou seja, é a Psicologia Política que nos serviu de lente de aumento para enxergar um recorte da realidade. Mas aí entra a questão... O que tentamos ver? Que realidade é essa? A resposta está no próprio tema, a saber, a identidade política. Mas por trás dessas simples perguntas, outras se apresentam mais complexas e, talvez, desafiadoras. Queremos, portanto, antes, debruçarmo-nos nesse conceito que será crucial para a investigação, e começamos com a pergunta: O que é *identidade*? E mais... O que seria uma *identidade política*? Partindo para o mundo com essa lente de aumento, escreveremos um pouco sobre essas questões a seguir.

2.3 O que olhamos: a identidade política

Terminamos, no capítulo anterior, com perguntas elaboradas pelo desdobramento das discussões e dos recortes proporcionados pela lente de aumento que utilizamos para observar um fenômeno: a Psicologia Política. As questões, neste caso, estão relacionadas aos conceitos de *identidade política*. Propomos, portanto, observar esse conceito e, para tal, convido a utilizar a mesma linha de raciocínio, ou seja, vamos quebrar essa duas palavras, pensando especialmente a *identidade*, pois já refletimos um pouco o conceito de *política* no capítulo anterior, para tentar ver que juntas elas moldam um conceito interessante para a reflexão.

Antes, porém, de trazer alguns conceitos que consideramos importantes para o entendimento da identidade, queremos colocar uma pequena contextualização de como ela foi se moldando ao longo do tempo. Houve, afinal, uma subversão nas formas como as pessoas constituem-se e se relacionam com os outros sujeitos, o que vai servir de base para pensar conceitos posteriormente. Começamos com Hall (2005, p. 9) afirmando que

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. . . . Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito.

Ora, para haver um descentramento, precisamos vislumbrar um centramento. Para aprofundar essa linha histórica Hall (2005) distingue três posições diferentes para a identidade, a saber, (a) a do sujeito do Iluminismo, (b) a do sujeito sociológico, e (c) a do sujeito pós-moderno. No primeiro caso, o centro essencial do eu constituiu a identidade da pessoa, tendo com Descartes o marco inicial. No segundo caso, a identidade é formada pela “interação” do eu e da sociedade. Por fim, no sujeito pós-moderno, não temos uma identidade fixa e permanente, ou seja, é uma fantasia acreditá-la unificada, completa segura e coerente.

Vamos fazer um recorte aqui, e focar no sujeito pós-moderno, ou descentrado. Justifico essa opção para uma melhor contextualização dos últimos tempos no qual estamos inseridos, em especial os séculos XX e XXI. Continuamos com Hall (2005) cuja análise histórica mostra cinco momentos que proporcionaram o descentramento do sujeito: (a) as tradições do pensamento marxista, (b) a descoberta do inconsciente freudiano, (c) a linguagem estrutural de Ferdinand de Saussure, (d) o poder disciplinar de Michel Foucault, e (e) o impacto do feminismo. Não intencionamos aprofundar essas teorias aqui, queremos apenas pontuar algumas ideias cujos desdobramentos traçaram as linhas de novos conceitos de identidade.

Partindo desses apontamentos históricos vamos adentrar agora em alguns conceitos que servirão de base para as reflexões acerca da identidade, antes de adentrar em seu vínculo com a política. Para tal empreitada, vamos nos reportar a autores/as como Mourão e Cavalcante (2011), Lima e Ciampa (2012), Prado (2001, 2002), Tadeu (2000) e Hall (2005). Todos/as tem como prerrogativa a relação entre o sujeito e meio social no qual estão inseridos, não devendo ser confundido com a perspectiva apenas de uma interação, mas de uma dialética que tem desdobramentos diretos tanto para um lado, quanto para outro.

Começamos, conforme indicado no parágrafo anterior, tomando como prerrogativa a relação entre o sujeito e o meio no qual está inserido. Ciampa (citado por Lima & Ciampa, 2012, p. 12) diz que “compreender a identidade é compreender a relação indivíduo-sociedade”, sendo esta interrelação moldada conforme os códigos colocados trazidos no decorrer da história de uma sociedade. Ora, no caso das relações entre os/as trabalhadores/as essas relações devem ser refletidas nos marcos no sistema vigente, onde este acaba por colocar esses sujeitos em condições precarizadas e alienadas, as quais acabam por trazer consequências para suas subjetividades.

Um ponto importante relacionado a identidade é sua dinâmica com a sociedade atual. Vimos mais acima a questão da constituição de novos sujeitos, desdobramentos das novas composições sociais. Neste caso, portanto, podemos pensar na seguinte lógica – novos sujeitos, nova sociedade, novas identidades.

A questão da identidade está sendo extensivamente discutida na teoria social . . . o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. (Hall, 2005, p. 7)

Não podemos esquecer, porém, que o saber psicológico, além da ciência como um todo, durante muito tempo focou apenas nas questões individuais, ignorando que ao mesmo tempo em que o sujeito transforma o mundo, é transformado por ele. Lima e Ciampa (2012, p. 11) dialogam com essa questão pontuando que “A questão da identidade social tem causado diversos incômodos no mundo acadêmico contemporâneo, sobretudo para psicanálise, sociologia, ciência política, antropologia, história, literatura e psicologia”, ou seja, pensar essas questões é subverter, de alguma forma, diversos códigos engessados nos saberes constituídos ao longo dos últimos séculos.

Outros autores sustentam essa perspectiva que rompe com o foco no indivíduo. Mourão e Cavalcante (2011, p. 209) coadunam com essa perspectiva ao dissertarem que “além de sua qualificação como identidade pessoal, refere-se aos aspectos e atributos específicos de cada indivíduo, a identidade constitui-se também como identidade social”. Podemos ver que não é pretensão excluir a subjetividade do processo, mas mostrar o quão dinâmico é essa relação.

A noção de identidade refere-se ao conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais etc. – próprios de uma pessoa e à representação que ela tem de si mesma. . . . A identidade, portanto, não é um estado fixo, mas se constitui em um processo dinâmico e mutável que ocorre ao longo da vida dos sujeitos. (Mourão & Cavalcante, 2011, p. 209)

Vislumbramos aqui a possibilidade de mudança na consciência das categorias que fazem parte da central sindical. O vínculo estabelecido com um sindicato está atrelado com a percepção de um amparo contra os ataques dos patrões cujo propósito é a utilização da força de trabalho da maioria para lucrar. Vamos partir dessa prerrogativa, ou seja, olhar essa construção de identidade nos marcos do sistema capitalista, um sistema que constrói relações nas quais poucos detêm os meios de produção e exploram a maioria que apenas possui sua força de trabalho. Dessas relações

surgem diversas modalidades de manutenção desse sistema, tanto estruturalmente como nas microrrelações.

Autores/as conseguem associar essa questão da desigualdade imposta pelo sistema com as teorias da identidade vigente, conseguindo perceber que “os processos de formação e transformação da identidade humana nas sociedades contemporâneas . . . se dão num contexto atravessado pela dialética regulação/emancipação” (Lima & Ciampa, 2012, p. 15). Podemos dar um salto na elaboração da identidade e sua relação com as formas de exploração e desigualdades, além do aparecimento de resistências, no caso desse estudo, o surgimento dos sindicatos. Trabalhar com a identidade, portanto,

poderia ajudar a explicar tanto como se dava a construção das desigualdades quanto poderia contribuir na compreensão das formas de resistência individuais e coletivas aos processos de massificação, ou seja, analisar tanto problemas sociais como buscas emancipatórias. (Lima & Ciampa, 2012, p. 13)

Traremos, a partir daqui, a relação existente entre identidade e política, além de como essas duas palavras podem ser refletidas de forma integrada. Uma concepção de política marcada pelas categorias de conflito e de contingência leva-nos a considerar as identidades individuais e coletivas como formações indivisíveis, levando a um reordenamento dos processos identificatórios e do campo social como um todo (Machado, 2013). Podemos começar, portanto, pensando que as configurações identitárias participam do campo político como processos de diferenciação e indiferenciação.

Um exemplo interessante são os ataques da legislação burguesa aos/às trabalhadores/as no Brasil, que faz com que as categorias diferenciem-se da classe média e especialmente da burguesia que, de diversas maneiras, gozam das benesses proporcionadas pelo sistema. Entretanto, em tempos de crise do sistema capitalista, o peso sempre recai nas costas de quem produz a riqueza do mundo, com ajustes fiscais, reformas na previdência, medidas provisórias, privatizações etc., que atingem conquistas históricas de luta da classe trabalhadora.

O desafio, agora, é articular de forma indissociada a pesquisa da identidade e da ação política. Entendemos, nesta perspectiva, que a identidade é percebida como um “operador identificador que trabalha, simultaneamente, possibilitando os processos de identificação e o pertencimento dos indivíduos em uma comunidade” (Machado, 2013, p. 272). Essa pertença pode

ser uma primeira ideia para a associação entre identidade e ação política, pois é através dela que as pessoas criam espaços de fala, sendo esta fundamental para a troca de informações e, dentro desse sistema, identificação do sofrimento proporcionado, na maioria das vezes, pelas condições trabalho. Porém, não podemos parar por aqui, afinal estamos utilizando o termo “ação”, e ele precisa ser entendido como movimento que produz algum tipo de transformação coletiva.

Trouxemos anteriormente a questão da vinculação da identidade com as desigualdades produzidas pelo sistema. Pois bem, podemos tomar como norte essa produção de opressão como relação de subordinação que se transformam em lugares privilegiados de antagonismos (Prado, 2002). Antes, porém, duas palavras precisam ser destacadas para uma elaboração mais pormenorizada, a saber, *subordinação* e *opressão*, sendo que estas não podem ser entendidas enquanto conceitos abstratos, não obstante enquanto formas de relações de sociais, necessitando de uma análise concreta.

No caso das relações de subordinação não podemos ver a dimensão política, sendo esta tomada como o espaço do antagonismo, sendo constituinte da diferenciação identitária dos sujeitos coletivos. São relações, melhor dizendo, que “estão baseadas na lógica da imutabilidade diferencial. Elas definem, portanto, identidades sociais, mas não políticas” (Prado, 2002, p. 68). Os agentes, aqui, encontram-se indiferenciados diante daquilo que é constituído politicamente, ou seja, parte-se da lógica que, neste estado, há um momento de engessamento dos choques mobilizados pelas desigualdades sociais.

Já nas relações de opressão, as partes começam a se diferenciar, formando uma antagonização entre as partes envolvidas. Quando esses grupos, neste caso, notam a demarcação de fronteiras políticas entre o NÓS e o ELES, as identidades coletivas que se mostram estabilizadas, articulam-se entre essas delimitações, através do elemento de conscientização, as mesmas podem ser produzidas como política. A identidade coletiva pode ser entendida como

possíveis práticas cotidianas do grupo na constituição de redes sociais, onde há a localização e usos das instituições políticas, religiosas, públicas, privadas que se colocam como colaboradoras ou adversárias da demanda do grupo . . . o mais importante da identidade coletiva é o compartilhamento de valores e crenças que definem uma cultura política do grupo, colaborando na configuração e mediação da relação entre diferentes grupos. (Prado, 2002, p. 67)

Percebemos, assim, a identidade coletiva enquanto práticas construídas culturalmente dentro de determinada sociedade. Ao associar com as questões dos/as trabalhadores/as surge como categoria fundante dessa identidade a questão do trabalho; entretanto não é apenas o trabalho enquanto conceito, mas os desdobramentos do mesmo, ou seja, o que ele produz de subjetivo e coletivo nas pessoas que se submetem a ele. Atualmente, como dito anteriormente, o trabalho surge enquanto fonte de sofrimento psíquico e social para a maior parte dos indivíduos cujos corpos e mentes estão fadados a horas de trabalho repetitivo, em condições precárias, com baixos salários e legislações que não contemplam qualquer tipo de estabilidade para aqueles que são base para o sistema.

Entendemos, portanto, que muitas dessas aparições do político surgem através de relações de poder. Deve haver um choque de consciência, muitas vezes na forma de um sofrimento coletivo, para que advenha o político, sendo que esse aparece na forma de potencialidade de demarcação de novos territórios, muitas vezes emancipadores. O importante é notar, conforme nos aconselha Prado (2002), que não existem identidades sociais prontas que lutam para tomar o poder ou estabeleçam conflitos para isso, mas sim a própria constituição dessas identidades dá-se pela disputa nas relações de poder.

Queremos finalizar este aporte teórico acerca da identidade afirmando que a proposta é refletir a questão da construção de identidades políticas a partir das relações de opressão proporcionadas pelo sistema no qual estamos inseridos. Não temos a intenção de com esta teoria chegar a uma homeostase social onde todos/as sejamos iguais. Não temos essa intenção homogeneizante, já estudamos alguns regimes políticos que pregavam isso e os desdobramentos foram terríveis, como fascismo, nazismo e stalinismo. O que pretendemos é, à luz das identidades políticas, promover a possibilidade de uma conscientização que leve a uma ação, ou seja, uma tentativa, através de um ato da fala coletiva (e quem sabe posteriormente na ação!) de produção de movimentos que emancipem categorias de trabalhadores/as e de movimentos sociais, no caso dos/as camaradas de dentro de uma Central Sindical, levando todos/as à percepção de que algo anda muito errado. Terminamos com Prado (2002, p. 69)

A demarcação de fronteiras implica no reconhecimento de que ELES e o NÓS são irreconciliáveis, porém possuem o mesmo direito de transformar espaços sociais em espaços de lutas políticas. . . . o caráter precário deste consenso, desde que o ELES é um

constitutivo exterior internalizado pelo NÓS, e que garante a continuidade de suas relações de pertença.

Entendendo estes pontos, ou seja, o que, com o que e para quem olhamos, damos a virada metodológica. A partir do próximo tópico a pergunta que nos servirá de norte é “*como proceder?*”, como sair a campo para discutir com os/as trabalhadoras que constroem cotidianamente esta Central Sindical. Muitos desafios podem ser vislumbrados, como a aproximação com a classe e a desconstrução do saber universitário dentro das discussões.

3 Metodologia

3.1 Pressupostos epistemológicos

A preocupação com a produção de conhecimento sempre esteve presente ao longo do processo constitutivo da sociedade. Desde as tribos mais antigas, as inquietações provenientes do choque com a natureza que as cercavam fez com que elas desenvolvessem formas de representar esta realidade, por exemplo, através dos mitos, das religiões, das artes etc. A sociedade ocidental, entretanto, buscou na ciência o refúgio para abarcar e para cessar suas dúvidas a respeito das incertezas proporcionadas pelo meio no qual ela está inserida.

Mesmo sendo adotada como forma hegemônica, a ciência deve ser entendida apenas como uma categoria de expressão da realidade, ou seja, não é exclusiva, nem conclusiva e definitiva (Minayo, 2007). Mesmo a ciência, afinal de contas, tendo pretensões de se afirmar como único promovedor de verdades, constantemente propomos problemas e buscamos soluções para eles. A produção científica, assim, necessita ser refletida como um campo permeado por conflitos e contradições, cujos reflexos afetam as formas como percebemos e significamos a realidade, além da própria forma de se fazê-la.

O conhecimento, partindo dessas prerrogativas, legitima-se a partir de sua potência desencadeadora de novas zonas de inteligibilidade, promovendo caminhos cada vez mais proveitosos para o desenvolvimento de novos conhecimentos. Essas novas construções, conforme González-Rey (2005), surgem da confrontação das ideias do pesquisador com a multiplicidade de conteúdos empíricos presentes na realidade. Uma questão, porém, precisa ser levantada ao entrarmos no campo das Ciências Sociais, mais especificamente na questão da ciência Psicologia, a saber, como produzir conhecimento científico num campo cujo cientista precisa configurar um sujeito para tomá-lo como objeto, não obstante ao mesmo tempo necessita negá-lo para enquadrá-lo dentro de determinadas metodologias científicas?

Tal questão passou, durante um período relativamente longo, despercebida aos olhos dos pesquisadores, pois as bases epistemológicas nas quais se encontravam eram marcadas por critérios

positivistas. O positivismo tem por fundamento a utilização da filosofia e dos conceitos matemáticos para a compreensão da realidade (Minayo, 2007). A ciência psicológica, nesse caso, tentou adequar-se aos princípios pautados pelas ciências naturais positivistas, hegemônicas na produção de conhecimento nos séculos XVII e XIX. O estado das coisas é, assim, refletido como natural, necessário, inevitável e produto de leis invariáveis. Os processos políticos, econômicos, sociais e humanos são explicados com base na semelhança com os processos e os mecanismos da natureza e, neste caso, concebidos e regidos por leis naturais.

O sujeito proposto na pergunta acima deve ser imaginado como complexificação de um processo grupal e comunicativo, produzindo pensamento e sendo suas ações dotadas de intencionalidade, indo além do genético. Devemos, a partir disso, pensar em como produzir conhecimento a partir desse novo e paradigmático objeto de pesquisa. Um projeto de pesquisa serviria para esta empreitada, sendo, de acordo com Minayo (2007), um artefato, feito por um artesão intitulado pesquisador. Entendemos com isso que para fazê-lo é necessário um trabalho sistemático para o domínio de teorias e métodos, além de ao mesmo tempo fabricar uma ferramenta que servirá de guia para as ações dos estudos propostos.

Cabe lembrar, aqui, que um projeto não deve ser entendido como algo estático e universal, cujos princípios serão aplicados em qualquer contexto sem qualquer tipo de crivo crítico acerca das percepções dos fenômenos observados e do desenvolvimento das reflexões para a produção de conhecimento. O progresso da ciência dá-se justamente pela quebra dos paradigmas impostos pelas leis científicas (Kuhn, 2009). Fazer ciência, portanto, é estarmos sempre atentos para as potencialidades contingentes de se produzir o novo, de trazer para os espaços nos quais trabalhamos ideias que se coadunam com a realidade de tais lugares, aumentando sempre a potência coletiva dos atores que compõem e compartilham crenças, valores, ideias etc.

3.2 Tipo de pesquisa

Iniciamos, para construir este percurso metodológico, uma reflexão acerca do tipo de pesquisa que realizamos, ou seja, a *qualitativa*. Esta abordagem foi escolhida, pois concordamos com Minayo e Sanches (1993, p. 239) ao pontuarem que “Um bom método será sempre aquele

que, permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria”. Um bom método, portanto, começa pela forma como o pesquisador aborda determinado fenômeno e, neste caso, tal tipo se ajusta às nossas pretensões teóricas e metodológicas.

A pesquisa de abordagem qualitativa parte do pressuposto de uma interdependência entre o sujeito e o objeto, ou seja, de uma relação indissociável entre a realidade objetiva e a subjetividade do sujeito (Chizzotti, 2001). Além desta relação sujeito/objeto, Minayo (2002) pontua que o processo ocorre em um espaço mais profundo de relações, não podendo ser reduzidos à operacionalização de variáveis, objetando fenômenos relacionados aos significados, aos valores, às crenças etc.

Podemos, a partir desse pressuposto, pensar que tal abordagem focaliza, logo, na fala enquanto matéria prima a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais (Minayo & Sanches, 1993). É, portanto, no campo da subjetividade e do simbolismo que a pesquisa do tipo qualitativa vai trabalhar, havendo uma aproximação de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza, além da percepção que desta aproximação, que surge do movimento de corpos falantes, existe uma produção de ações humanas objetivadas e portadoras de significados.

Tomaremos como lente de análise as quatro bases teóricas da pesquisa qualitativa proposta por Günther (2006, p. 202)

(a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; (b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; (c) as condições “objetivas” de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; (d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Concluimos, a partir desses tópicos, que a abordagem qualitativa converge numa produção positiva para o desenvolvimento metodológico da pesquisa. Elaborar uma escuta ética enquanto pesquisador, respeitando e refletindo as falas construídas pelos sujeitos que concordam em compartilhar momentos de suas vidas, em sua maioria carregados de sofrimentos, é fundamental para a transformação e a emancipação de consciências, as quais neste caso se encontram sob o jugo de um sistema opressor cujas amarras se estendem até as bocas dos/as oprimidos/as. Impossibilitando, então, o movimento daquilo que os faz humanos, ou seja, movimento de seus corpos.

3.3 Sujeitos e local da pesquisa

Os/as participantes da pesquisa foram integrantes de uma Central Sindical localizada na cidade de Manaus, denominada CSP-Conlutas. A Central, atualmente, é composta por sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais, sendo (1) Sindicatos: Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica/SINASEFE e Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas/ADUA; (2) Oposições: professoras/es, metalúrgicos/as; e (3) Movimentos sociais: Movimento Mulheres em Luta/MML; Movimento Luta Popular/MLP e Assembleia Nacional dos Estudantes Livre/ANEL.

Trabalhamos com uma amostra de 05 (cinco) participantes, nas entrevistas, de todos os gêneros durante 02 (dois) meses. Optamos por dialogar com um número reduzido de sujeitos pois, conforme Gonzalez-Rey (2005), não é o tamanho do grupo que define os procedimentos de construção de conhecimento, mas os critérios de informação que dizem respeito ao modelo em construção que a caracteriza. A partir disso, os critérios de inclusão podem ser colocados desta maneira: estejam atuando na central sindical por mais de 01 (um) ano, possua idade mínima de 18 (dezoito) anos. Já como critérios de exclusão, definimos a atuação na Central Sindical por menos de 01 (um) ano, possua idade inferior a 18 (dezoito) anos, não esteja disposto/a em responder às perguntas ou o/a participante pedir que seus dados sejam retirados da pesquisa, e a recusa em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Sobre o lugar, não existe uma sede própria da Central Sindical, seus encontros normalmente acontecem num centro comunitário de um bairro da cidade de Manaus e na sede de um partido político. No primeiro, as reuniões se dão em uma sala de aula, onde os/as participantes formam um círculo, com as carteiras, para o debate, e no segundo local, o encontro acontece numa sala ampla com uma mesa cercada de cadeiras, na qual as pessoas sentam ao redor. Para a realização das entrevistas, o espaço foi escolhido pelos/as próprios/as entrevistados/as, visto que a reunião da Central Sindical ocorre em períodos relativamente distantes uns dos outros. Ficou, portanto, a critério do/a entrevistado/a a escolha do local para a realização do diálogo.

Dados dos/as participantes da pesquisa

Nome fictício	Naturalidade	Idade	Profissão	Estado civil	Organização
Rosa Luxemburgo	Brasileira	22 anos	Estudante universitária	Solteira	ANEL
Krupskaia	Brasileira	24 anos	Funcionária pública	Solteira	MML
Lenin	Brasileiro	49 anos	Professor (Educação Básica)	Casado	Luta Educador
Perón	Argentino	55 anos	Professor (Universitário)	Casado	ANDES/SN
Trotsky	Brasileiro	38 anos	Desempregado	Casado	MLP

As organizações das quais as pessoas que participaram das entrevistas fazem parte apresentam uma pauta de luta específica. Assim, temos inicialmente os momentos sociais: a ANEL reivindica a pautas dos estudantes, tanto secundaristas quanto universitários, o MML luta contra o machismo e a emancipação das mulheres, e o MLP por moradia para todos/as. Além desses, existem aqueles que têm uma pauta sindical: o ANDES/SN, sindicato dos/as professores/as universitários/as, e o Luta Educador, oposição contra a atual direção do sindicato dos professores da educação básica do estado do Amazonas.

3.4 Técnicas de coleta de dados

Utilizamos como técnica para coleta de dados as entrevistas individuais desparradas ou não estruturadas e a observação. Antes, porém, não podemos deixar em aberto o conceito de

técnica. Segundo Marconi e Lakatos (2013), ela implica um conjunto de preceitos ou processos utilizados por uma ciência ou uma arte, além da parte prática, ou seja, a habilidade para utilizar esses preceitos e processos. Toda ciência ou arte utiliza, portanto, um arcabouço de técnicas para se chegar aos seus propósitos.

Podemos, então, partir daqui para o desdobramento dela. Logo, a primeira são as entrevistas, ou seja, uma conversação face a face, de maneira metódica, proporcionando ao entrevistado informações necessárias. De acordo com Marconi e Lakatos (2013), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Ela é, portanto, um importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades.

Não se deve esquecer a importância da fala enquanto instrumento que possibilita uma análise perspicaz de como os sujeitos são afetados pela sociedade, além do quanto os indivíduos a transformam. Segundo Minayo (1994), através da fala individual, proporcionada por esta técnica, poderemos vislumbrar as condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos, além de entrever, pelos sujeitos da pesquisa, representações construídas pelo grupo delimitado. O que foi construído, portanto, através das entrevistas, não foi apenas algo que diz respeito a uma unidade isolada, mas uma trama dialética que envolve sujeito e sociedade.

Utilizamos, conforme dito anteriormente, para tal empreitada o tipo de entrevista despadronizada ou não estruturada, a qual dá ao entrevistado a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, sendo que em geral perguntas abertas e podem ser respondidas em uma conversa informal. De suas três modalidades, a saber, (a) focalizada, (b) clínica e (c) não dirigida, utilizamos a primeira, onde há apenas um roteiro de tópicos relativos ao problema que se pretende estudar, além da liberdade para se fazer a pergunta que quiser, não obedecendo uma estrutura formal, podendo sondar motivos e razões e dar esclarecimentos (Marconi & Lakatos, 2013).

Já a segunda técnica utilizada foi a observação, sendo esta uma coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de aspectos da realidade (Marconi & Lakatos, 2013). Devemos esclarecer que já fazemos parte dessa Central Sindical onde desenvolvemos as discussões e, por isso, já tínhamos algumas ideias acerca da dinâmica das

peçoas que a compõem. Nossa entrada se deveu a construção do Sindicato das Psicólogas e dos Psicólogos do Estado do Amazonas – Sinpsi/AM, cuja ajuda desta central se mostrou fundamental para a aprendizagem acerca dos movimentos sindicais, especialmente sua fundação e seu funcionamento.

Posto isso, realizamos a observação durante 01 (um) ano das reuniões e das atividades realizadas na Central Sindical. Fizemos, munido de um diário de campo, anotações a respeito daquilo que os indivíduos não têm uma consciência concreta, entretanto orientam seus comportamentos. Conforme orienta Marconi e Lakatos (2013), caracterizamos nossa saída a campo utilizando esta técnica como não estruturada, participante, individual e realizada na vida real. Todas essas características se tocam em algum momento, mas optamos por fazer a observação sem a utilização de meios técnicos especiais, não precisando fazer perguntas diretas. Além disso, nossa participação será real com o grupo, sendo a observação feita apenas por 01 (uma) pessoa.

3.5 Análise dos dados

As entrevistas despadronizadas ou não estruturadas e os dados do diário de campo foram, inicialmente, gravadas em áudio e transcritas de acordo com as falas trazidas pelos sujeitos da pesquisa e a observação de campo, durando em média 1 (uma) hora cada entrevista e 2 (duas) horas cada reunião. Após a transcrição realizamos uma leitura flutuante do material, levantando as questões repetidas ou enfatizadas que revelam algo das participantes e se mostrem importantes, coadunando com os objetivos da pesquisa.

Entendemos o método dialético como adequado para a análise dos dados que convém ao estudo, pois, conforme Skalinski e Praxedes (2003), seu objetivo é o desvelamento das interações com a finalidade de se compreender a dinâmica dos eventos. Estamos interessados, portanto, na dinâmica da transformação dos fenômenos, sendo que os sujeitos do conhecimento aí inseridos são percebidos como algo concreto, inseridos em um contexto o qual ao mesmo que é afeto por ele, o modifica.

A análise dentro de uma vertente dialética tem início com a “observação sistemática dos elementos que contextualizam o fenômeno em estudo, para assimilá-lo (tese)” (Soares, Campos &

Yonekura, 2013, p. 1407). Após isso, esses elementos serão analisados em dois eixos, ou seja, em suas características particulares e nas conexões que estabelecem entre si e com o fenômeno. As conexões, por fim, são confrontadas com a realidade histórica, nos permitindo compreender os conflitos (antítese) que cercam o fenômeno em sua aparência.

Podemos concluir com um breve resumo dos momentos fundamentais da análise tomando como ponto de referência o modelo de Lefebvre (citado por Skalinski & Praxedes, 2003), o qual foi elencado da seguinte forma:

- 1) Assimilação do material referente ao fenômeno estudado;
- 2) exploração das conexões de elementos aparentemente isolados;
- 3) síntese das conexões descobertas, tentando estabelecer uma unidade entre elas;
- 4) verificação empírica do conhecimento alcançado pela abstração na síntese e
- 5) intervenção concreta no real.

3.6 Procedimentos éticos

A pesquisa seguiu as diretrizes da resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando total integridade e compromisso com as questões éticas em pesquisas envolvendo seres humanos, no intuito de preservar os sujeitos da pesquisa e sua realização foi aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas, CAEE n.º 66454817.0.0000.5020. Para legitimar estes aspectos éticos, portanto, importantes nas pesquisas com seres humanos, será solicitado aos participantes a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram realizadas objetivando a não interferência nas atividades, além do resguardo da identidade das pessoas que participarem da pesquisa.

4 Análise e Discussão dos Dados

Para iniciarmos nossa análise, algumas prerrogativas precisam ser levantadas. Como já descrevemos na seção anterior, adotamos uma abordagem dialética, ou seja, trabalhamos num jogo de opostos que, num primeiro momento se mostram contraditórios, entretanto, através de seu tensionamento, uma síntese surge propondo caminhos para a reflexão do que foi exposto. Além disso, analisar os dados implica também numa reflexão da conjuntura na qual a Central Sindical esta inserida. Neste caso, procuramos buscar acontecimentos políticos, econômicos e sociais que dialogassem com as atividades onde a CSP-Conlutas se propõe em atuar.

Devemos lembrar também que no curso das lutas, nossos posicionamentos e nossas simpatias nunca foram neutras, afinal, reivindicamos esta Central como instrumento de luta da classe trabalhadora. Não obstante, ao traçar os fatos dos dias em que estivemos inseridos nas atividades da Central, nos esforçamos para apresentar apenas os acontecimentos concretos, relatando-os da forma mais transparente possível e fixando a verdade daquilo que pudemos observar.

Os dados acerca da observação participante foram divididos nos subcapítulos *Minha primeira participação, A marcha da periferia, A construção do Fórum de Lutas e O processo de legalização da regional*. Todas as informações são desdobramentos da nossa participação durante o período de aproximadamente 01 (um) ano de participação nas atividades da Csp-Conlutas, incluso aí manifestações, debates com outras entidades e reuniões para tentativa de construir e legalizar Central Sindical na cidade de Manaus.

4.1 Nossa primeira participação

Nossa primeira participação foi o ato Nacional em Brasília, construído pela própria Central. Houve, para a construção desse ato, uma reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas em São Paulo, nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2016, onde se debateu a conjuntura nacional e se definiu o eixo político para as próximas atividades. O dia 16 de junho de 2016 foi tirado como o dia

nacional de paralisação e de mobilização em todo o país. Vamos nos ater nesse primeiro momento em algumas discussões que ocorreram a nível nacional, colocando aqui para contextualizar a realização do ato, sendo que o mesmo ocorreu a partir de debates que aconteceram na entidade nacionalmente. Além disso, devemos acrescentar que uma integrante do MML e da ANEL esteve presente na marcha nacional que ocorreu em Brasília, participando das atividades que lá ocorreram.

Os delegados presentes na reunião, após votação, optaram por incorporar a data do II Encontro Nacional da Educação (ENE) no calendário de lutas dos Servidores Públicos Federais, além de profissionais da educação e estudantes. Como a CSP-Conlutas está na organização dessas duas categorias, a saber, servidores/as públicos/as federais e professores/as, houve uma deliberação das categorias na própria atividade de maio. Eles/as incorporaram, à defesa da Educação Pública, os ataques praticados pelo governo aos/às trabalhadores/as, como a PEC 257/16, que discorre acerca do ajuste fiscal.

As consignas de luta aprovadas foram as seguintes: *“Fora Temer, todos os corruptos e reacionários do Congresso! Greve Geral para derrotar os ajustes de Temer! Por um governo dos trabalhadores, sem patrões!”*. A Central também convocou todas as entidades que a compõem para fazerem manifestações nos Estados. Houve atividades em Manaus/AM, Natal/RN, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Vitória/ES.

Em Manaus, o Ato ficou marcado para iniciar às 09:00. Estiveram presentes as seguintes entidades vinculadas a CSP-Conlutas: Movimento Luta Popular (MLP), contou com mais de 50 (cinquenta) participantes, Movimento Mulheres em Lutas, com 02 (duas) integrantes, além do Luta Educador e oposição dos metalúrgicos, ambos com 01 (um) integrante. Não foi possível fazer a contagem precisa dos integrantes do MLP, pois, como já dito, havia muitas pessoas que compõem esta entidade no local.

O ponto de encontro da atividade foi numa praça do centro da cidade de Manaus. Pelo menos 01 (um) integrante de cada entidade chegou no local no horário determinado. Houve uma pequena conversa para debater o melhor lugar para colocar o carro de som e o pedido que levantamento das faixas e das bandeiras. Após isso, os militantes deslocaram-se para o lado oposto da praça, em frente a um banco da Caixa Econômica Federal.

Ao chegar lá, já com a presença do carro de som, abrimos espaço para as falas. Apenas as lideranças dos movimentos tomaram o microfone para discursar acerca de determinado assunto. Fui convidado a discursar e, embora não estivesse preparado, aceitei o convite e optei por falar da situação precária de setores onde a Psicologia atua, como saúde e assistência social, e o quanto a precarização dessas áreas afetam de forma negativa a maioria das pessoas que se encontravam na atividade. Ao terminar minha fala, percebi que houve uma identificação através daquilo que levei, devido aos aplausos, e de gritos como “*É isso mesmo!*”, “*A saúde é uma porcaria!*” e “*Estão fechando postos de saúde!*”.

Nesta época, acerca da conjuntura do Estado, o atual governador propôs um reordenamento de diversas unidades nos serviços de saúde do Estado. Dentro dessas mudanças, fechou o Centro de Atenção à Melhor Idade (CAIMI), o Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) e o Serviço de Pronto Atendimento (SPA). A justificativa foi a necessidade do Estado em economizar, pois o país, naquele momento, passava por uma profunda crise econômica e a escolha foi fazer com que a população mais pobre pagasse por esse momento de instabilidade nas finanças do Amazonas.

Mesmo trazendo questões e problemas diferentes da proposta da nacional, essas pautas ligadas à região obtiveram apoio das pessoas que estavam ali. A saúde é uma área bastante afetada pelos descasos dos governantes, entretanto havia um aprofundamento da crise nesse setor, pois naquele momento a polícia investigava casos de corrupção envolvendo a saúde no Estado do Amazonas.

Existe uma série de categorias que convergem para a constituição de uma identidade política. Reparei, neste caso, que mesmo um movimento que luta por moradia, consegue insurgir contra uma questão que, num primeiro momento, não estaria dentro daquilo que se havia discutido para o desenvolvimento da atividade, tanto nacional quanto regionalmente. O surgimento de novas possibilidades, de novos problemas que incitam e desnudam as relações de opressão social, muitas vezes estão velados, não inseridos nas pautas de lutas, não obstante exercem um forte desconforto nos/as participantes dos movimentos.

Esses gritos de apoio que surgiram deste encontro na atividade acabam por ser uma fonte de onde surgem novas demandas. Nesse acontecimento podemos vislumbrar o choque das consciências, cujo desdobramento é a aparição do político, o qual tem função demarcar novos

territórios emancipadores (Prado, 2002). O aparecimento, na forma de insurgência e de apoio, de uma insatisfação relacionada à saúde é uma reivindicação que estava implícita, mas que surgiu a partir de uma fala no microfone e mobilizou as pessoas a legitimarem que há, de fato, a retirada de direitos no tocante à saúde.

Não podemos esquecer, também, a importância da Psicologia Política enquanto campo epistêmico e metodológico para refletir essas realidades, sendo que a tarefa, aqui, seria a de fomentar a indignação. Conforme Lacerda (2016, p. 60), um dos objetivos desse saber é o de “facilitar a confluência da tomada de consciência de que há conflitos antagônicos entre grupos sociais com a experiência de sofrimento subjetivo produzido por esses conflitos”. Através de uma fala no carro de som, pude trazer à tona novas contradições sociais que estavam inseridas nos cotidianos dessas pessoas.

Essas contradições, muitas vezes, eram específicas de uma categoria ou de determinado movimento social. Por exemplo, nesta atividade, a pessoa que falou representando a oposição dos metalúrgicos, trouxe a questão do adoecimento de muitos/as trabalhadores/as devido ao excessivo trabalho repetitivo e a falta de condições ergonômicas para o manuseio dos instrumentos. Muitos dos sujeitos que ali estavam presentes, de outros movimentos, nunca experimentaram trabalhar numa fábrica, nestas condições. Notei, entretanto, que a solidariedade é uma categoria presente nessas relações, onde mesmo quando as instituições que estruturam as condições antagônicas são diferentes, existe a possibilidade de constituição de uma identidade.

Há também a identidade de movimentos diferentes em pautas comuns. O professor representante do Luta Educador levantou problemas relacionados às condições precarizadas das escolas públicas e à privatização da educação básica. Já o MML trouxe questões a respeito do machismo estrutural da nossa sociedade e a não efetivação das políticas públicas referentes aos mecanismos para coibir a violência contra mulheres. Tudo isso são demandas que não se fecham nas categorias que as trazem para o debate, mas afetam a todos/as que ali se encontravam; afinal, a grande maioria dos/as presentes eram mulheres, muitas delas com seus filhos/as, que necessitam frequentar uma escola pública.

As formas como se constituem as identidades numa atividade, cujo tempo foi relativamente curto, ou seja, numa manhã, estão relacionadas com este jogo entre pautas específicas e pautas

gerais. Os/as integrantes do MLP e os/as metalúrgicos/as, em sua maioria moradores/as da periferia da cidade de Manaus, sabem que precisam apoiar os/as educadores /as, pois seus filhos/as precisam de escolas. Sabem também, junto com os/as educadores/as e os/as metalúrgicos/as, que necessitam de uma saúde pública e universal para recorrer quando sofrerem de alguma enfermidade. São problemas, portanto, estruturais trazidos pelos integrantes dos movimentos que acabam delimitando a existência de um NÓS promotor de consensos.

4.2 A marcha da periferia

Um caso bem marcante na minha saída a campo foi a participação na construção da Marcha da Periferia², cujo mote principal em Manaus era “Cadê os jovens do Nova Vitória?”. A manifestação aconteceu no dia 20/11/2016, no bairro Nova Vitória, localizado na Zona Leste da cidade de Manaus, e contou com a participação da CSP-Conlutas. Estiveram presentes no ato os seguintes movimentos: MLP³, Movimento Luta Educador, ANEL, MML e Sinasefe.

O objetivo principal do ato, aqui na cidade, foi denunciar o desaparecimento de 03 (três) jovens, sendo 02 (dois) homens e 01 (uma) mulher, moradores do bairro citado na madrugada do dia 29/10/2016 quando saíam de uma festa e retornaram para suas casas em uma moto. As câmeras de segurança de uma drogaria captaram as imagens deles/a entrando em uma viatura da polícia, sendo que, a partir daí, nunca mais foram vistos.

O MLP entrou em contato com as mães dos/a desaparecidos/a para dar suporte social, jurídico e psicológico para os familiares. Elas estiveram participando da Marcha segurando, junto com diversos amigos/as e familiares dos/a jovens, cartazes. Alguns denunciando os policiais militares, com suas fotos, seus nomes e os dizeres “*Assassinos PM’s some com jovens*”, outros perguntando acerca dos corpos que não foram encontrados – “*Queremos saber onde estão os corpos dos nossos filhos*”. Houve ainda quem levasse frases criticando o Estado – “*Estado sem*

² A Marcha da Periferia é uma atividade organizada pelas entidades da CSP-Conlutas em diversas cidades do país.

³ O Movimento Luta Popular organizou o ato, sendo assessorado pelas outras entidades da CSP-Conlutas. Participaram da atividade aproximadamente 200 (duzentas) pessoas.

justiça é o Estado sem respeito!”. O MLP construiu sua faixa com a seguinte mensagem – “*Contra o extermínio da população negra, pobre e indígena da periferia – Cadê os jovens do Nova Vitória?*”.

Com a afirmação de que esse seria mais um caso de extermínio por parte da polícia, algumas ameaças começaram a surgir à liderança do movimento e às famílias dos/a jovens desaparecidos/a. Fomos informados, em uma das reuniões da Central, por exemplo, que algumas pessoas tentaram arrombar a porta da casa do dirigente do MLP durante a madrugada, além das famílias que receberam ligações misteriosas pedindo para elas pararem de tentar investigar as mortes e de pedirem ajuda para organizações externas.

A questão da identidade entre as famílias e os movimentos que construíram a Marcha da Periferia é um dos aspectos que chama a atenção. Num primeiro momento, observando a dinâmica da atividade de maneira superficial, podemos cair no equívoco de imaginar que as demandas são diferentes, afinal o movimento está reivindicando contra a criminalização dos movimentos sociais, e as famílias estavam pedindo para os assassinos, pelo menos, a localização dos corpos de seus/sua filhos/a. Além disso, há nos cartazes outros aparelhos sociais e políticos que são tomados como inimigos, a saber, o Estado e a polícia.

O contexto, neste caso, foi um propulsor da construção de identidade entre um organismo e pessoas que não se apercebiam de situações que circulavam seus cotidianos. Conforme Álvarez (2000, p. 76) “la colocación del sujeto frente a su contexto implica a las diferentes dimensiones de la identidad”. Ou seja, foi necessário algo do cotidiano ser afetado, o assassinado de seus/sua filhos/a, para que houvesse identificação com a questão da criminalização dos movimentos sociais e da periferia.

Isso mostra a dinamicidade da constituição de identidade. Álvarez (2000), Martín-Baró (2013) e Mourão e Cavalcante (2011) corroboram que os sujeitos estão inseridos dentro de um contexto social, alterando e sendo alterado por ele. Não sendo, portanto, a identidade uma categoria fixa, mas um processo dinâmico que ocorre no decorrer da vida das pessoas, além de não poder constituir-se no abstrato, fora da concretude da realidade material.

A identidade começa a se esboçar com uma série de acontecimentos materiais que fazem com que as pessoas tenham a consciência de um NÓS; entretanto, conforme nos aponta Prado (2000, 2002) ainda necessitamos apontar onde se encontra o ELES, para a partir daí constituirmos as relações de subordinação e de opressão. Quem cumpre esse papel, no caso desse acontecimento, de acordo com os dizeres dos próprios cartazes, é o Estado e um dos seus principais aparelhos, a polícia.

O ELES, aqui tratado, também se desenvolve através de um contexto histórico. Atualmente, temos o Estado dando poderes para a polícia tomar decisões acerca de vida e de morte de sujeitos, transbordam, assim, a esfera do jurídico. Torna-se lícito, neste caso, “aniquilá-lo com uma operação da polícia que não é obrigada a respeitar nenhuma ordem jurídica . . .” (Agamben, 2015, p. 100). Existe, entretanto, uma linha muito tênue que faz com que os aparelhos do Estado corram o risco de confundir atores sociais e instituições, além de hierarquias, espaços e formas de atuação.

As contradições, ao mesmo tempo em que começam a aparecer, trazem consigo as próprias tentativas de superá-la, e é justamente sua superação que caracteriza o que é o político. Não podemos esquecer que este termo, o político, não é empregado enquanto um operador que agrega as coletividades, nem como um processo cuja função é organizar e distribuir poderes e funções sociais. Não obstante, “a atividade política é modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea” (Rancière, 1996, pp. 42-43), ou seja, fazer política implica uma cisão na ordem estabelecida por aqueles que sustentam as relações de poder.

Tentamos, após esses desdobramentos, entrar em contato com a CSP-Conlutas Nacional, além de mobilizar algumas organizações, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Cáritas Brasileira e alguns parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado. Houve uma afirmativa por parte dessas entidades em ajudar fazendo, por exemplo, denúncias em organizações vinculadas aos direitos humanos, além de auxílio jurídico. Até onde pude acompanhar, não houve esse acompanhamento firmando, sendo apenas a CSP-Conlutas, através do MLP, que tenha continuado a acompanhar o caso.

O que marcou, além disso, foi a última tentativa de arrombamento da casa de uma das lideranças do movimento. A informação sobre a possibilidade de uma tentativa de entrada já havia

sido informada em reuniões e em ligações anteriores. Não obstante, após a Marcha, a “*sondagem de indivíduos estranhos em um carro preto*” em frente a sua casa aumentou, o deixando assustado e preocupado.

Numa noite, recebemos a ligação de um integrante do Luta Educador, informando de uma reunião no bairro onde mora esta liderança. Chegamos por volta de 23:00 de uma sexta-feira no bairro. O encontro foi marcado numa Igreja do bairro por motivos de segurança. Chegando lá, encontramos o camarada abatido, informando que precisaria sair da cidade, pois sua vida estava em perigo “*olha, eu preciso sair da cidade porque literalmente essa Marcha mexeu com muita gente poderosa e tão tentando me matar por causa disso*”. Entramos em contato, após esse pedido de ajuda para Central, com os sindicatos solicitando a possibilidade de compra de uma passagem para a saída da liderança da cidade. Contactamos também a sede Nacional da Central Sindical para o acolhimento do mesmo, quando chegasse à cidade.

As pessoas que estavam observando sua casa, segundo o militante, eram pessoas ligadas aos grupos de extermínios das chamadas “*gente poderosa*”. A Marcha da Periferia foi uma atividade voltada contra os policiais envolvidos, os quais seriam os responsáveis pelo desaparecimento dos jovens, e, portanto, contra um dos principais instrumentos do aparelho governamental. O discurso que serviu de mediação entre indivíduo e sociedade fez com que houvesse um reconhecimento de sua “*condição de subordinação em determinada ordem simbólica como uma condição de opressão e se organizam coletivamente em torno de demandas democráticas*” (Costa & Prado, 2011, p. 91). O Estado, ou um grupo do aparato estatal, atuou aqui como uma resposta à formação da identidade política entre os grupos que estiveram presentes no ato.

As acusações feitas pelos movimentos e as famílias contra a polícia não foram suposições abstratas. Existiram provas que colocavam os policiais como réus; por exemplo, o vídeo de uma drogaria onde os/a jovens foram abordados pelos policiais, sendo esta a última aparição daqueles/a. Na imagem, os três aparecem entrando numa viatura. Nessa situação, 10 (dez) pessoas acabaram acusadas, todas da polícia militar. Após um período, soubemos através de uma conversa informal, que 02 (duas) delas haviam adquirido liberdade.

Houve, nesse ínterim, um pequeno mal entendido de comunicação entre a CSP-Conlutas Nacional e os sindicatos locais. Cada entidade comprou uma passagem para uma cidade diferente, fazendo com que a pessoa quase perdesse seu voo e, conseqüentemente, continuasse correndo perigo na cidade onde estava sendo ameaçado. No final das contas, entretanto, ele conseguiu chegar em seu destino, indo para o Estado sugerido pela Nacional. O camarada ficou por lá durante 01 (um) mês, mas optou por retornar. Não tive mais contato com ele para perguntar os pormenores dessa situação.

Existe uma contradição marcante relacionada ao papel do Estado e de seus instrumentos. O aparato policial não deve cumprir, pelo menos nas instâncias legais da república, a função de juiz e de algoz da população. Entretanto, na realidade isso se mostra de uma maneira contraditória. Notamos que essa instituição não cumpre um papel de segurança e defesa da população, mas de uma força que emerge na realidade para sustentar a invisibilidade e fazer serviços que passem despercebidos pelos organismos da lei, cuja própria polícia faz parte.

Nesse caso específico aqui relatado, a atitude dos policiais frente aos jovens, combinado com o sofrimento e dor psíquicas das mães que nem ao menos tiveram a possibilidade de enterrar os corpos de seus/sua filhos/a, e a insatisfação cada vez maior da população, especialmente da periferia, com esses instrumentos contraditórios do Estado, fez advir uma grande Marcha. Além disso, proporcionou a constituição de uma identidade política, marcada pelos antagonismos emergentes entre a periferia e o Estado. As relações de opressões, aqui levados às últimas conseqüências, fez com que surgisse uma nova dimensão do político, moldado a partir de um campo de tensão e contradição, opressão e repressão, dominação e resistência, revolta e luta (Pavón-Cuéllar, 2016).

4.3 A construção do Fórum de Lutas

O ano de 2016 foi marcado por muitos ataques a classe trabalhadora brasileira. Diversos projetos e decretos foram deliberados pelas instâncias do Estado para modificar direitos conquistados a duras penas pela população. No decorrer dos acontecimentos, foi aprovado na reunião da Coordenação Nacional da Central um dia nacional de lutas, marcado para 18 (dezoito) de setembro em todo o país. O principal objetivo seria a construção de diversas marchas nos Estados, com o mote de colocar os/as trabalhadores/as em campo contra os ataques do governo Dilma (PT) e os ajustes fiscais e contra Temer (PMDB) e Cunha (PMDB), defensores que procuram efetivar essa política econômica. Houve reuniões e algumas Centrais também aderiram a esse dia.

Como não podemos fazer uma análise descolada da conjuntura na qual esses eventos ocorrem, cabe aqui discorrer um pouco dessa observação macroestrutural que desencadearam a formação do Fórum. O ajuste fiscal promovido pelo governo da Presidente Dilma (PT), afetou, por exemplo, o abono salarial, o seguro-desemprego, o seguro-defeso e a pensão por morte e auxílio-doença, conquistas históricas da classe trabalhadora. Além disso, houve cortes e congelamentos de investimentos em diversos programas sociais, como o “Minha Casa, Minha Vida” e o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e em necessidades básicas na população, como na saúde e na educação. Um dos exemplos mais emblemáticos foi a perda de cerca de 40% da verba prevista no orçamento do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

A contradição aqui, que mobiliza a constituição de uma identidade política, é que apenas a população mais pobre vai pagar o preço da austeridade, pois os bancos continuaram a ter bons desempenhos, não havendo qualquer tipo de arrocho para os banqueiros. Já os empresários chantageavam o governo afirmando que se houver aumento de impostos começariam a demitir seus/suas trabalhadores/as. Prado (2001) e Machado (2013) esboçam a questão dos antagonismos sociais na constituição de identidade política; por isso, não podemos deixar de trazer as questões conjunturais, as quais afetam diretamente a constituição de relações de subordinação.

Algumas entidades que compõem a CSP-Conlutas regional, a saber, ANEL, Luta Educador, Sinasefe e MLP deliberaram, e resolveram chamar outras organizações para fazer frente ao Dia Nacional de Lutas, esboçando, assim o início de uma unidade. Marcaram uma reunião, no início de setembro, convocando centrais sindicais, movimentos sociais e partidos políticos para

construção do Dia de Lutas na cidade de Manaus, porém apenas 2 (dois) sindicatos resolveram responder.

O motivo da baixa adesão, na cidade de Manaus, deve-se a dificuldade de unificação das lutas. Conversando com uma integrante da ANEL, ao ser perguntada a respeito do motivo, sua resposta foi que *“as entidades encontram dificuldades de fortalecer a unidade depois que o PT chegou a poder”*. Duas palavras utilizadas por militantes são *“traição”* e *“burocracia”*. Gohn (2014a) combina essa fragilidade de constituição dos movimentos ao enfraquecimento de suas forças políticas e suas transformações após a institucionalização de práticas sociais organizadas a partir de suas direções, distanciadas de suas bases, cujas táticas muitas vezes passam pelo controle e regulação da população.

Outra questão é a cooptação das lideranças que estavam na oposição dos movimentos, especialmente pelos próprios aparelhos estatais e suas políticas compensatórias, o seja, o aparelhamento dos instrumentos de luta aos mecanismos controladores do Estado, a burocracia. Um dos desdobramentos disso é o monitoramento dos diversos movimentos sociais e o que Gohn (2014a, 2014b) chama de *“cidadanias tuteladas”*, ou seja, as políticas públicas voltadas apenas para a produção de consensos, chamando as pessoas para processos participativos, embora os mesmos sejam apropriados apenas por aqueles que detêm o controle sobre as ações construídas. Neste caso, as burocracias, capituladas frente ao partido político que chegou ao poder.

Além dessa perspectiva de políticas produzidas PARA movimentos, e não POR movimentos, cabe uma reflexão histórica, que se converte numa crítica aos novos aparatos. Diversos conselhos e mesas de negociação surgem como substitutos dos antigos métodos de reivindicações, como as passeatas, as manifestações, as assembleias coletivas etc, e tais instrumentos são pautados por *“mecanismos jurisdicionais de controle”* (Gohn, 2014b, p.313). Assim, muitas elites políticas e econômicas estimularam o desenvolvimento de movimentos sociais, como determinados sindicatos e centrais sindicais, para deliberarem a seu favor, sendo um poderoso instrumento de interesse e manipulação.

Um ponto que nos chamou atenção, lendo o estatuto da Central na qual estou inserido, foram os mecanismos criados para se evitar a inserção de tais burocracias e de determinados aparatos oportunistas. São priorizados princípios como a independência de classe, ou seja, a

impossibilidade de recebimento de recursos oriundos da União, dos Estados, dos Municípios, de ONGs ou de empresas. Além disso, é vetada a participação de membros da direção em cargos de chefia em qualquer instância governamental. Por fim, coloca a questão da autonomia frente aos partidos políticos, mas respeitando os/as trabalhadores/as que sejam filiados/as a algum.

Devo lembrar, também, que a CSP-Conlutas surge no início do governo Lula como uma alternativa aos planos neoliberais aplicados em seu governo. Um grupo que entra em choque com as direções governistas da UNE, da CUT e do MST, abrindo um novo momento de reorganização (Aguena, 2005). Surge, aqui, um movimento de resistência, tanto sindical quanto popular e estudantil, que se organiza em torno da Conlutas, um polo nacional alternativo aos organismos vinculados aos governos.

Pois bem, voltando à construção da atividade, mesmo com a baixa adesão ao chamado, de qualquer forma o ato aconteceu aqui na cidade de Manaus. Ocorreu no Terminal da Matriz, no centro da cidade, iniciando às 16:00. Quando cheguei, apenas 05 (cinco) pessoas que participaram da construção do ato estavam presentes, 02 (duas) pessoas do Sinasefe e 03 (três) do MML, sendo 01 (uma) delas também faz parte da ANEL. O carro de som já estava presente, embora no início poucas entidades se propuseram a falar nele. Aos poucos apareceram mais pessoas para participar da atividade.

Fomos tirados para panfletar aos arredores da atividade. Tivemos a oportunidade de distribuir panfletos informando a população da conjuntura política e das propostas do governo. Pude perceber que mais pessoas apoiavam a causa do que a rejeitavam. Algumas pessoas se mostravam desconfiadas pelo fato da atividade ser construída por entidades organizadas. Uma pessoa, que passava pelo local e tentei entregar o panfleto afirmou “*É do PT? Se for não quero!*”, mostrando desacordo com o ato, “*Isso não leva a nada*”. Fomos abordados por outro sujeito que apoiou o ato, mesmo trazendo questões que não diziam respeito às pautas construídas pelo Fórum para essa atividade “*Sou contra o atual prefeito que quer tirar os camelôs aqui do centro*”.

Após essa atividade, reunimos novamente para fazer uma avaliação do ato, chamando também novas entidades para participarem, como Correios, IBGE e INSS. Tiramos, além disso, como encaminhamento fazer as discussões dos ataques pela base, tentando envolver todas as pessoas envolvidas. Houve, nesse momento, o impedimento da presidente Dilma Rouseff e

deliberamos que ocorria um aprofundamento da crise e, neste caso, era necessário continuar com a unidade para tentar lutar contra a retirada de direitos da classe trabalhadora.

Um fato interessante é que, com o decorrer das atividades, foram se aglutinando ao fórum grupos que são ligados ao Partido dos Trabalhadores. Numa conversa informal, uma militante da ANEL propôs uma crítica acerca da mudança do caráter de união pelos ataques, tomando corpo agora o “Fora Temer”, e adotando, assim, uma postura mais superestrutural. Aqui nos abre um novo campo para pensar o político, agora enquanto um espaço onde se emergem antagonismos, inicialmente tanto públicos quanto privados, que conferem um lugar de articulação de identidade e de ações coletivas (Prado, 2001).

Surge aqui um novo aspecto do político que se mostra como ponto de construção de identidades. No caso do Fórum, mesmo sendo um espaço onde há entidades com programas e ideologias diferentes, conseguiram se organizar para lutar contra as medidas que o governo tentava implementar. Os diversos segmentos, portanto, identificam-se em torno de uma pauta com o objetivo de desenvolver ações coletivas. Existe política, conforme Rancière (1996), quando há um lugar e formas para o encontro de processos heterogêneos.

4.4 O processo de legalização regional

Nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro de 2017 (dois mil e dezessete), participei das reuniões da CSP-Conlutas do estado do Amazonas. O objetivo principal das reuniões era a questão da legalização e da criação da regional, além da atuação do coletivo do Fórum de Lutas. Participei, portanto, de 3 (três) reuniões, sendo incumbido da função de ajudar a construir o Edital e o encaminhar para um jornal de grande circulação.

Já houve 02 (duas) tentativas de se criar a Csp-Conlutas no Amazonas, uma em 2007, e outra em 2011, sendo que ambas tentativas se mostraram frustradas, mas com motivos diferentes. Conversando com integrantes da Central pude ir entendendo as justificativas para o fracasso das tentativas anteriores de se fundar a organização. Na primeira tentativa, de acordo com um membro, *“se mostrou uma precipitação, porque só uma parte da diretoria reivindicava a fundação, a base*

não reivindicava”, ou seja, ainda não havia se chegado num consenso, por parte de determinadas categorias, se queriam fazer parte da nova Central Sindical.

Aconteceu, em 2011, o debate nas bases e a aprovação da criação da CSP-Conlutas no Estado do Amazonas. Entretanto, outros problemas surgiam, como afirmou outro representante, *“mas isso foi ainda informal, não houve a formação legal da fundação. Depois que passou a empolgação, só a Associação dos docentes da UFAM, a ADUA, que passou a cotizar”*. Neste caso, apareceram problemas financeiros e não existiu a continuidade de participação dos sindicatos que estiveram inicialmente a frente da atividade.

Isso nos remete a questão do dinamismo e do processo de construção de identidades coletivas, as quais estão mais vinculadas ao conjunto de crenças e de valores compartilhados, ou seja, na configuração de um NÓS (Prado, 2012). Não há, inicialmente, a reivindicação por parte da base do sindicato, podendo isso estar relacionado com a falta de um debate mais aprofundado acerca dos princípios e da política da CSP-Conlutas, haja vista que não encontramos nenhum documento ou relato do que aconteceu antes da primeira tentativa de fundação.

As reuniões aconteciam de maneira democrática, sendo que as entidades escolhiam uma pessoa para dirigir e coordenar as discussões, além de deliberar também em relação às pautas. Era escolhido, além disso, uma pessoa para contar o tempo de fala e fazer as inscrições para quem quisesse voz nas reuniões. As reuniões duravam em média 02 (duas) horas. Todas se iniciaram às 18:30 e ocorreram na Associação dos Docentes da Ufam – ADUA.

No decorrer da construção houve alguns desentendimentos entre as entidades sindicais e os movimentos sociais acerca da quantidade de membros de cada organização na Coordenação Regional. Como não existe um quantitativo elevado de entidades, optaram por um número diferente do proposto pelo estatuto. A questão girou em torno do critério utilizado para o preenchimento dos cargos, ou seja, quantas pessoas de cada entidade ocupariam os cargos da coordenação. Enquanto os sindicatos argumentavam que suas organizações cotizavam um valor financeiro maior, os movimentos sociais possuíam uma base maior.

Essa dicotomia entre os movimentos sociais e os sindicatos também é uma forma de se produzir política e dar forma a identidades coletivas. Mesmo se articulando em torno da Central,

muitas divergências foram surgindo durante o processo. Essas diferenças constituem o espaço da política, uma vez que ele é o espaço da emergência desses antagonismos, garantindo um lugar de articulação das identidades que a compõem e a promoção de ações coletivas (Prado, 2001). Isso mostra o caráter fundamental da conformação das identidades pelas diferenças, e não por formas de exclusão social (Mouffe, 1999).

O que caracteriza este momento é a tentativa de viabilizar as diferenças e colocar na agenda dos debates da CSP-Conlutas para assim poder confrontar os argumentos dos/as diversos/as militantes que faz parte dela (Vilas, Gómez-Román, & Sabucedo, 2016). Reafirmamos, aqui, que toda a condição de existência da identidade é a afirmação de uma diferença, embora ela esteja imbricada numa organização que demande um ponto de vista comum acerca de posicionamentos políticos, pois a Central necessita de grupos que sigam minimamente seu programa e discuta sua agenda. A própria constituição do NÓS, portanto, se dá de forma processual, tendo como ponto de partida a divergência de ideias, em grupos que veem o outro que compõem a mesma instituição como ELES.

Outro processo que empacou a criação foi a burocracia imposta pelo Estado para a constituição legal deste tipo de organização. Tivemos que entrar várias vezes em contato com os/as advogados/as dos sindicatos e da própria CSP-Conlutas Nacional para tirarmos dúvidas acerca da legislação de criação de uma Central. Um erro sequer e perderíamos dinheiro e tempo, além de desmotivar e desarticular as pessoas que estavam empenhadas na sua construção. A redação do Edital, repleta de detalhes acerca de nomes e números de documentos, mostrou-se um desafio para a comissão tirada para tal tarefa. Para a escolha dela, nada diferente, em reunião houve indicação dos nomes e depois votação direta.

Entendemos aqui a burocracia exercendo o papel de polícia, ou seja, como instrumento de “disciplinarização dos corpos quando uma regra de seu parecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que as ocupações estão distribuídas” (Rancière, 1996, p. 42). Enquanto lei que se apropria dos modos de fazer e de dizer do social, ela serve, quando lhe cabe, para impedir que agentes de luta contra o que é imposto pelo Estado surjam enquanto instituição legal, ou ainda como forma de sondar os discursos que critiquem as verdades que sustentam as relações de poder impostas pelos aparatos estatais.

O Estado também se utiliza dela para a constituição de identidades normatizadas a partir de leis regidas pelos próprios dominadores. O objetivo, portanto, é tentar cercear o máximo que puder o advento do político a partir do choque de consciências, impossibilitando o surgimento das contradições e, com ela, a possibilidade de novos territórios emancipadores (Prado, 2002). A Central surge como campo do político enquanto estiver com a tarefa de fomentar a indignação promovida pelos agentes materiais do Estado e dos patrões.

É importante pensarmos essas diferenças que surgem na realidade entre a polícia e a política, para vislumbrarmos exemplos na realidade sobre como se conformam essas categorias nos momentos em que acontecem. Neste caso, pensar a burocracia enquanto polícia (Rancière, 1996, 2005) nos abre possibilidade de refletir tanto esse instrumento repressor do Estado, como os aspectos psicopolíticos dos sujeitos ou dos grupos que lidam com ela em determinado contexto. Identificar o ELES nas tramas ou nas microrrelações que dialetizam com elementos do macro são importantes para tensionar ainda mais as contradições dentro do próprio sistema e levar esse debate para o NÓS, ou seja, aqueles/as que surgem como antagonistas.

O que tentamos trazer, até agora, foram momentos da realidade onde se constroem as identidades políticas. Devemos lembrar, antes, que elas são marcadas por relações de opressão, as quais se apresentam como lugares privilegiados de antagonismos (Prado, 2002). Ao identificarmos esses elementos, abrimos caminhos para possibilidades de reflexões aprofundadas sobre esses instrumentos apropriados pelos aparatos para sustentarem relações de dominação. Como a identidade se constitui de forma dialética, pelo reconhecimento tanto do NÓS como o do ELES, demarcar esses espaços sociais, além de mostrá-los como campo de lutas políticas, faz com que exista uma tomada de consciência por parte daqueles que disputam as partes, visto que o ELES é um constitutivo exterior internalizado pelo NÓS (Prado, 2002).

Caminhamos, a seguir, para a análise das entrevistas não-estruturadas. Entrevistamos 05 (cino) indivíduos militantes da CSP-Conlutas, integrantes dos seguintes movimentos: *Movimento Mulheres em Luta – MML*, *Movimento Luta Popular – MLP*, *Luta Educador*, *Assembleia Nacional dos Estudantes Livre – ANEL*, *Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES*. Os codinomes não serão associados às entidades para evitar qualquer tipo de

reconhecimento do/a participante, resguardando, assim, sua identidade. Os codinomes, escolhidos por nós, foram: *Rosa Luxemburgo, Krupskaja, Perón, Trotski e Lenin*.

A partir das leituras, construímos um panorama dinâmico da constituição da identidade, entendendo-a, aqui, como um conjunto de práticas a partir de categorias contidas em projetos construídos pelos movimentos que se articulam e interagem entre si (Gohn, 2014b). A partir dos elementos citados, observamos as práticas para compreender como se constituem os consensos e as diferenças, ou seja, a geração de identidade em que a representação criada, na Central Sindical, é a unidade.

4.5 Um aspecto do psicopolítico: os caminhos do desejo e da necessidade

Não posso, para iniciar a trajetória de análise das entrevistas, deixar de trazer nas falas dos/as entrevistados/as aquilo que diz respeito aos desejos e as necessidades que os/as motivaram à participar das lutas dentro de uma Central Sindical. Num primeiro momento, os desejos e necessidades passam despercebidos, e muitas vezes não são associados à constituição de identidades; entretanto, de acordo com Álvarez (2000), a própria ideia de identidade enquanto projeto de futuro e representação imaginária, o qual se confronta com a potencialidade de outros sujeitos, é a expressão concreta de desejos e de necessidades.

Muitas dessas linhas de motivação são atravessadas por histórias de vida bastante peculiares. Todos/as trazem, em suas falas, questões particulares cujo transcorrer das trajetórias os levam para a busca de um espaço onde exista a possibilidade de organização de ideias compartilhadas. Há um momento, na vida dessas pessoas, no qual os anseios não cabem mais em suas vidas privadas ocorrendo, a partir daí, uma trama de encontros motivados por afetos, e vice-versa, que se desdobram na entrada dessas pessoas em seus respectivos organismos de luta.

A fala de 2 (dois) participantes, ao trazerem suas histórias para contextualizarem suas entradas nos movimentos, são pontuadas por questões de afinidade e de necessidade, servindo como válvulas subjetivas para a entrada em seus respectivos organismos de luta.

eu já tinha muita afinidade, interesse com o movimento estudantil, só que até então eu me sentia muito insegura para começar a construir algo de fato . . . o movimento secundarista não tava tão organizado como tá se reorganizando hoje. Então a gente começou, mas não terminou a fundar o grêmio, mas só aquele início, aquela descoberta, as passagens em sala, e tal, fez eu me interessar bastante . . . e aí eu participei do 1º congresso só que eu voltei sem muita perspectiva de organização, que eu era muito nova, muito jovem, tava conhecendo aquele universo naquele momento . . . o ponto alto, assim, desse meu início de organização na ANEL foi na greve de 2012 quando eu estudava no IFAM, ainda era secundarista, foi logo após o processo da gente organizar o grêmio, e a greve aconteceu. E eu me interessei bastante, e alguns colegas, assim, a gente ajudou a construir a greve dos professores, criamos um comando de mobilização dos estudantes, que aglutinava os estudantes do IFAM do centro, que é o Instituto de Ciências e Tecnologia do Amazonas, e do distrito industrial. Aí a gente começou a se organizar em torno das bandeiras da ANEL. (Rosa Luxemburgo)

Movimento [Movimento Luta Popular] eu já conhecia já pelo menos há 7 anos, mas eu nunca tive um envolvimento direto, né, conhecia a pessoa do J.C.F., já por esse período, né. Mas nunca me envolvi diretamente, né, só que ocorreu, assim, algumas coisas na minha vida, na minha estrutura familiar, né, que fez a gente, fez assim, a gente seguir a mesma trajetória, digamos assim. A trajetória do movimento, do que é relacionado ao movimento, ao que o movimento faz, e também a minha necessidade. . . . Eu mesmo, particularmente, já fiz incursões, particularmente, da minha conta própria, né, por necessidade, não por prazer, nem por, como é que se diz, essa palavra, por prazer de fazer, pelo simples prazer de fazer. Não é bem um prazer isso, é mais proporcionado por necessidade mesmo. . . . Numa dessas incursões, né, que a gente fez nós sofremos um despejo. Eu, minha família, e mais 16 famílias. Então, como foi numa área ali onde é forte a atuação do movimento luta popular, né, e pelo fato de a gente já conhecer as pessoas, né, envolvidas, né, ficou bem prático. (Trotsky)

Rosa Luxemburgo inicia sua história de luta organizada através do grêmio de sua escola participando de uma greve. Ela afirma interesse, num primeiro momento, embora se sentisse insegura, especialmente por ser muito jovem e não ter muita experiência naquele universo. O que me chamou atenção, aqui, é que mesmo esses sentimentos, os quais levam algumas pessoas a desistirem de seus projetos, não foram um empecilho para a participante levar seu projeto adiante. Além disso, ela pontua que iniciou a construção da ANEL junto com seus colegas e professores da escola onde estudava, os quais obviamente devia ter algum tipo de afinidade, neste caso, política.

Já Trotsky pontua que, mesmo já conhecendo o movimento, iniciou sua trajetória depois de 7 (sete) anos. Sua trajetória se inicia pela necessidade de uma moradia para viver com sua família. Após um despejo num bairro onde o Movimento Popular atuava, resolveu participar das lutas. O que o motivou, portanto, foi um acontecimento fortemente marcado por uma questão social, ou

seja, um lugar para se viver, e a atuação do Estado diante das pessoas que tentam buscar um espaço para ocupar.

Há, mesmo diante de contextos específicos, a produção no espaço público de um jogo de forças que possibilitam ações sociais. Vamos concordar com Montero (2009) que toda a vida humana é social e suas construções se constituem a partir de ocupação dos espaços públicos. Ora, podemos ver isso, quer seja por afinidade ou por necessidade, surgida nas 2 (duas) falas, nas quais estão explícitos esses espaços, a saber, um grêmio e uma ocupação. Neste caso, não podemos perder de vista também que as identidades individuais e coletivas são formações indivisíveis, levando sempre a um reordenamento dos processos identificatórios no campo social (Machado, 2013).

É, portanto, a partir do surgimento desses espaços públicos que conseguimos moldar a nossa identidade, tanto individual quanto coletiva. Mesmo que, as construções das histórias dos/as participantes sejam bem peculiares, a síntese, não obstante, nos faz vislumbrar um jogo de contradições nas suas vidas pessoais, que, combinado com aparecimento de outras personagens, a saber, amigos/as, professores/as e até mesmo a figura de uma pessoa, se desdobram, enquanto síntese, para o caminho da organização coletiva, que se constitui pela identidade com determinado movimento.

Outros/as 2 (dois) sujeitos informaram que já participavam de outros movimentos, antes de entrarem nos respectivos organismos que reivindicam, e se diziam atuar ao participar dessa pesquisa. Um serviu de porta de entrada para conhecer a Central Sindical, e o outro foi uma recordação da militância nos tempos de sua juventude, quando atuava no movimento estudantil, em outro país.

A trajetória no movimento, na verdade, iniciou depois do meu contato já com a organização política da qual eu participo, que é o PSTU. Eu comecei a militar primeiro nessa organização, que é a que eu milito até hoje, e foi quando eu conheci, dentro do partido, conheci a CSP-Conlutas, a Central Sindical que a nossa organização ajuda a construir, e dentro da CSP-Conlutas eu conheci o Movimento Mulheres em Luta. (Krupskaia)

Digamos que eu tenho uma trajetória que vem de outra cultura política, que vem lá dos anos 80, eu cheguei no Brasil em 93, e passei um bom tempo pra vir pra estudar e pra voltar pra Argentina. Então lá na Argentina eu militei a partir, principalmente de 82, que foi o final da ditadura, depois da Guerra das Malvinas. Uma agrupação que estava relacionada ao peronismo na Argentina. E depois, no movimento estudantil. . . . Primeiro a militância em tempos do fim da ditadura, digamos que não era fácil, digamos que você não sabia com

quem você falava . . . uma coisa que marca, assim, a minha militância, não significa que isso seja bom ou ruim, mas sempre que a gente teve que construir muito, porque sempre você se encontrava no espaço com gente vindo de diferentes locais. (Perón)

Krupskaia já atuava num partido político, e foi através deles que descobriu a Central Sindical. Ela não deixou de militar em seu partido, conciliando sua atuação nas duas organizações. Além disso, foi dentro da CSP-Conlutas que ela descobriu o MML, movimento do qual faz parte. Diversos movimentos que, aparentemente, podem conotar posicionamentos ideológicos diferentes, entretanto diluem-se uns nos outros.

Outro aspecto da identidade, apresentado por Mourão e Cavalcante (2011), é o seu estado constantemente dinâmico e mutável que ocorre durante o transcorrer da vida dos indivíduos. Percebemos, aqui, que não há apenas uma mudança, mas um processo dialético de síntese de ideologias, de programas e de posicionamentos, os quais sempre trazem um pouco de identidades de outros movimentos. Krupskaia combina o posicionamento político de um partido, com o sindical da Central, além da luta contra o machismo do Movimento Mulheres em Luta.

Na fala de Perón há um deslocamento entre países que, segundo ele, são de culturas políticas diferentes. Sua militância na época da ditadura, através do movimento estudantil, pressupõe um acúmulo de experiências importantes para determinar sua forma de atuação dentro de seu sindicato e da Central, expondo que a característica mais marcante de sua militância foi a construção constante. Justifica, com isso, a necessidade dessa atuação intensa devido à quantidade de pessoas vindas de diversos locais, como uma possível maneira de dialogar com as diferentes identidades que ali se apresentavam.

Da mesma forma que Krupskaia, Perón também circula por diferentes formas de ação coletivas, passando do movimento estudantil para o movimento sindical, servindo ambos de elemento para sintetizar uma práxis na atualidade. Concordo que as identidades se constituem a partir de uma multiplicidade de interações, e que os contornos desses espaços não podem ser delimitados (Mouffe, 1999). Não existe, portanto, uma identidade original ou natural, mas ela sempre sendo moldada como o resultado de um processo de constituição, ou seja, esse processo sendo considerado como um permanente movimento de mestiçagem.

Para finalizar esta primeira categoria, a fala de um participante cujo conteúdo pode ser entendido como um motivador, a partir do antagonismo criado pela sua percepção de outros atores que se fazem presentes em seu cotidiano social e político.

Eu atuo buscando organizar as pessoas que são da minha categoria e não concordam com as práticas antidemocráticas que existem no movimento sindical, e também, principalmente, com as práticas da patronal que buscam sempre explorar ao máximo os trabalhadores. Então é uma luta basicamente contra a exploração e a opressão. (Lenin)

A atuação de Lenin, no Luta Educador, busca a construção de uma oposição aos movimentos sindicais ditos burocráticos e os patrões, no caso dos/as professores/as da rede pública de ensino básico, o próprio Estado. As diferenças começam a surgir aqui, na própria motivação dos/as participantes, ou seja, é a partir da percepção da existência de um “outro” que explora e oprime determinado grupo, que fez com que Lenin buscasse uma forma de se organizar enquanto oposição. Outra coisa que chama a atenção é que são as práticas das outras instituições, as quais constituem o ELES, que servem de causa para o surgimento de um NÓS, ou seja, de um esboço de identidade coletiva.

Temos aqui um vislumbre daquilo que propomos enquanto marco referencial da identidade política (Prado, 2001, 2002). No caso de Lenin, é a partir de sua percepção e de uma caracterização do Estado e do sindicato, que o motivou a iniciar sua luta contra os aparatos citados. Prerrogativa válida, afinal, trabalhar em condições precárias de exploração e de opressão geram um forte sofrimento nos/as trabalhadores/as. A diferença é o poder de transformar a identidade individual em identidade coletiva, sendo mediada por uma ação, neste caso, a construção de um movimento que vá à contramão e se oponha às práticas dos que possuem os instrumentos tanto mediação, no caso do Estado, como de luta, no caso dos sindicatos, da classe trabalhadora.

Os diversos elementos que surgem nas falas dos/as sujeitos que participam da pesquisa mostram, num primeiro momento, atuações que se realizam em contextos pessoais da vida de cada indivíduo. Quer seja no caso de Rosa Luxemburgo e de Trotski, os quais se encontram com os movimentos a partir de afinidade e necessidade, quer seja nas histórias de lutas de Krupskaja e Perón antes de participarem com seus movimentos da Central Sindical, ou ainda de Lenin, cuja percepção das ações de exploração e de opressão do sindicato e do Estado, o fez ter consciências

das contradições que o cercavam; tudo parece muito pontual. Não obstante, a síntese de todas essas histórias tão singulares é apenas uma, ou seja, a luta organizada.

Essa luta organizada se desdobra na aglutinação desses movimentos em torno de uma Central Sindical. Apenas quando compreendemos que toda a identidade se estabelece a partir de relações, e que esta é construída em função de uma diferença, podemos colocar a questão fundamental, a saber, a luta organizada contra as tendências exploratórias do sistema (Mouffe, 1999). O jogo, de contradições e sínteses, mostra-se partir dos antagonismos entre diferenças que constituímos a identidade coletiva de sujeitos.

O que tiramos, portanto, é que lutas pessoais e histórias de vida marcadas por tentativas de se opor aos desmandos e aos ataques daqueles que estão no poder trazem, além de sua carga de sofrimento e indignação, uma necessidade premente de convocar outras pessoas que também sentem uma diferença no tratamento e um cerceamento de sua liberdade. A necessidade de politização do espaço privado, tornando-o público é uma característica também mostrada nas falas dos/as participantes.

O público, neste caso, no sentido de compartilhar espaços com integrantes que se identificam na diferença; e, a partir dessa tomada de consciência, organizar os diversos posicionamentos acerca da realidade, cuja diferenciação do outro que luta ao meu lado, e do outro que está em cena para me oprimir, é tão importante quanto a percepção, em si, dos antagonismos sociais que surgem na realidade.

4.6 Acerca do “NÓS”: os movimentos e a Central Sindical

Pretendemos agora, continuando a trajetória de análise, discorrer acerca da identidade enquanto criação de um NÓS, o qual nos ajudará em seguida a uma delimitação de um ELES (Mouffe, 1999, Prado, 2001, 2002). Há, nos discursos dos/as participantes, momentos nos quais existe uma identidade coletiva com a Central, embora marcada muitas vezes por diferenciações

acerca de seus posicionamentos políticos. Os problemas e as características relacionados à CSP-Conlutas no Estado do Amazonas também estão presentes nas falas das pessoas. Mostram, por fim, como a Central é vista pelos/as trabalhadores/as e como é o cotidiano de suas relações.

As 2 (duas) primeiras fazem um apanhado geral da CSP-Conlutas e sua característica principal, ou seja, a luta ao lado da classe trabalhadora. Embora Perón seja um pouco pessimista em relação a este posicionamento.

Tem esses movimentos populares, movimento de mulheres e estudantil ligados a uma Central Sindical, porque a gente entende que a luta não é só dos estudantes, não é só das mulheres, não é só dos sem-teto, a luta é da classe trabalhadora como um todo. Enquanto a última mulher negra do nosso país continuar sendo explorada e oprimida, a nossa classe enquanto um todo não tá livre, não tá liberta. (Rosa Luxemburgo)

o pessoal que pense que realmente a organização seja uma possibilidade melhoria na vida das pessoas. Todo mundo pensa que pode sair, ou através da Igreja, né, que onde se identificam, ou através do esforço, não “ou”, “e”, e pelo esforço pessoal . . . isso só pode ser vencido se a gente se organiza, tenta se organizar, não só os trabalhadores formais, né, senão também aqueles trabalhadores que não tem essa questão... e que ate agora, nesses últimos anos, conseguiram sobreviver com o Bolsa Família, com acesso ao crédito, que significaram uma melhoria de vida para eles, sem dúvida, mas que se endividaram de que agora vão sofrer as consequências . . . a única Central Sindical que tem essa visão, eu não acredito que a gente possa pensar na classe trabalhadora como um todo, mas tem que puxar pra esse lado. (Perón)

Todos os movimentos se unificam, conforme Rosa Luxemburgo, para lutar contra a exploração e a opressão do sistema. Juventude e movimentos sociais juntam-se às lutas da classe trabalhadora em busca de uma liberdade. Afinal, a militante afirma que será essa mesma juventude que futuramente assumirá os postos de trabalho mais precarizados, além das mulheres negras, cuja exploração e opressão são potencializadas dentro desse sistema. Justamente aqui ela vislumbra a Central como uma entidade que vai aglutinar as organizações.

Já Perón não acredita muito na possibilidade de unir a classe trabalhadora como um todo, embora pense que uma Central esteja aí para melhorar a vida das pessoas. Ele informa alguns códigos e representações, como o esforço pessoal, que determinadas instituições, como a Igreja, inserem na realidade para fazer com que as pessoas encontrem um significado para sair das suas condições precarizadas. Isso não isenta da crítica aos programas sociais desenvolvidos pelos últimos governos, dizendo que agora a população está endividada com o acúmulo de créditos

liberados, e a única Central a fazer uma análise crítica disso é a CSP-Conlutas. Como saída, não usa o termo aglutinar, proposto por Rosa Luxemburgo, mas sim organizar os/as trabalhadores/as.

Uma reflexão importante que precisa ser feita aqui está relacionada a esse campo de identificações coletivas. Existe uma linha muito tênue nestas relações NÓS/ELES, na qual uma relação que num primeiro momento é de companheirismo, pode se transformar numa relação de inimizade. Isso ocorre, de acordo com Mouffe (1999), quando o outro começa a ser percebido como aquele que nega a identidade do NÓS e questiona sua existência. Percebemos que, mesmo havendo diferentes pontos de vista numa questão tão fundamental para a Central, a saber, a questão classista, não há a construção de um campo antagônico entre Rosa Luxemburgo e Perón, mantendo, portanto, uma relação de camaradagem (NÓS), mesmo com opiniões divergentes.

As próximas 2 (duas) falas esboçam sobre os princípios dos movimentos dos quais as participantes fazem parte. Ao mesmo tempo em que a luta necessita ser atrelada à classe trabalhadora como um todo, existe o machismo, o qual exclui as mulheres trabalhadoras dos debates, além de dividir a classe.

A ANEL tem alguns princípios né? Que dos quais eu acho importante destacar o acúmulo que a gente tem de entender que a luta dos estudantes, ela precisa ser atrelada à luta dos trabalhadores . . . pelo fato de nós sermos estudantes que vamos ser futuros trabalhadores e como toda a classe é explorada, oprimida, e a gente precisa tá junto dos trabalhadores nessa luta, né? . . . As lutas não são isoladas, é preciso unificar as lutas para que a gente consiga conquistar vitórias efetivas. (Rosa Luxemburgo)

A organização de mulheres dentro da Central, ela surgiu a partir da necessidade de se discutir a questão da mulher trabalhadora, lutadora, que se organiza em sindicato, da necessidade de se fazer, esse debate, esse enfrentamento, dentro das próprias organizações sindicais, que são em sua maioria composta por homens, então as mulheres do movimento sindical, elas acabam sofrendo vários tipos de machismo, dentro da própria organização que elas constroem, das suas categorias. (Krupskaia)

Muitas organizações são pautadas por determinados princípios. No caso da ANEL, Rosa Luxemburgo expõe a visão classista desse movimento, sendo importante a sua associação a toda a classe trabalhadora. Neste caso, a justificativa é que essa juventude, no futuro, será a mais explorada pelos patrões. Ela também esboça a unidade das lutas como possibilidade de vitórias efetivas, o que coaduna com a ideia da Central Sindical, cujo objetivo é aglutinar diversos setores de trabalhadores/as a fim de construir oposições e organizar os sindicatos e os movimentos sociais.

Uma questão percebida é a do classismo, e que gerou algumas discussões interessantes durante as entrevistas. Notamos, nessa parte, uma diferença entre a fala de Rosa Luxemburgo e na de Perón, logo acima, na qual ele afirma não acreditar que possamos pensar a classe trabalhadora como um todo. Prado (2001) coloca a questão classista ao falar do político enquanto movimento de transição para um mundo social onde as relações de poder seriam eliminadas tanto pelo interesse racional quanto pela própria consciência de classe. O que surge como possibilidade, portanto, é que a questão de classe fica aqui associada com o político, enquanto articulação de subjetividades que propõem formas de atuar na realidade e de se projetar num projeto de um novo futuro (Álvarez, 2000).

Ao discorrer sobre a questão do MML, Krupskaja também esboça alguns princípios. O movimento tenta levar a questão da mulher para as trabalhadoras que se organizam dentro dos sindicatos. Além disso, existe a proposta de discutir e de enfrentar a questão do machismo dentro dos sindicatos, pois, segundo Krupskaja, é muito comum esse tipo de opressão dentro das próprias categorias onde mulheres dividem os trabalhos com homens. Ou seja, uma contradição muito forte, afinal são formas de subjugar e estabelecer relações de poder dos próprios os trabalhadores sobre as trabalhadoras.

Ao mesmo tempo em que ocorre uma identificação entre homens e mulheres, ou seja, todos/as são trabalhadores/as, existe também a emergência de um antagonismo que se materializa no machismo. As identidades, analisando esse problema, demandam uma otimização constante de objetos sociais repartidos inscritos em torno da regulação social de espaços compartilhados, neste caso, a Central Sindical (Machado & Costa, 2016). Partindo dessa prerrogativa, Krupskaja entende a necessidade de um debate acerca do machismo dentro da organização, pois é um elemento marcado por contradições quando inserido dentro desse contexto.

As relações com a Central se mostram, em Lenin e Perón, diferentes. Enquanto o primeiro coloca a atuação da Csp-Conlutas num patamar maior que o do próprio movimento do qual faz parte, o segundo não sabia nem mesmo que o seu sindicato estava filiado a esta Central Sindical.

Nossa relação é uma relação de construção com a CSP-Conlutas. Todos os nossos boletins, vem o logo da CSP-Conlutas. A gente faz questão de colocar às vezes o nome da CSP maior que o Luta Educador, porque a gente entende que esse movimento, o Luta Educador, ele é um instrumento pra gente disputar a direção do sindicato e, quando chegar o momento, a

gente colocar a categoria. O nosso sindicato tem que estar ligado a uma Central Sindical de luta, e não a uma Central Sindical que busca atrasar as lutas, e em vez que ajudar atrapalha. (Lenin)

eu nem sabia que o ANDES estava ligado à CSP, né, quando você fala com o seu colega “Ah, mas a CSP-Conlutas, o PSTU”, é uma Central Sindical! É o PSTU como é outro, como pode ser todos os que têm lá dentro. Agora, eu não quero ser da CUT, que não faz greve, que não mobiliza as bases. (Perón)

A relação estabelecida entre o Luta Educador e a Central, de acordo com Lenin, é atravessada por um nivelamento de importância, no qual a Csp-Conlutas apresenta-se num patamar acima. O objetivo, nesta fala, é o de construção da Central, pois há o entendimento da necessidade do movimento estar ligado a um organismo de luta. Assim, este seria um instrumento poderoso na luta contra as outras centrais que buscam apenas atrasar as lutas, além de auxiliar na conquista de sindicatos, aqui, o dos/as professores/as.

Além do fato de não saber, assim que entrou no sindicato, que o mesmo era ligado à Csp-Conlutas, outra pontuação de Perón chama a atenção. Ele consegue inserir um partido político no campo do NÓS, abrindo espaço para sua atuação dentro da organização, mas se negando a fazer a parte de outra Central, cuja justificativa é o fato dela não mobilizar as bases e não fazer greve. O jogo dialético, no qual o NÓS apenas se constitui vinculado a um ELES, fica cada vez mais evidente. Como este capítulo está relacionado ao primeiro pronome, vamos nos ater ao fato da identidade também com partidos políticos, partindo mais adiante aos antagonismos.

Escutamos, na próxima fala, Trotski contando um pouco do que conversou com o coordenador do movimento que faz parte sobre a Csp-Conlutas. Relata acerca de características dos/as integrantes da organização, e infere sobre o que seriam os princípios da Central, o que o fez, por consequência, identificar-se com ela.

a primeira vez que eu ouvir falar da Conlutas, eu perguntei do nosso representante, do nosso coordenador geral, se tinha pessoas honestas e capacitadas pra tocar o Brasil, na verdade. Se tinha pessoas capacitadas e inteligentes o suficiente, né, com uma visão abrangente e ampla, né, e honesta. E pra minha surpresa existem pessoas assim e muitas dessas pessoas estão na Central . . . a ideia central, principal da Central, eu acredito que seja isso, né. Uma distribuição de renda justa, uma igualdade de direitos de verdade, porque o Brasil não é um país de igualdade, é um país de desigualdade, todo mundo sabe. (Trotski)

A moral individual é cogitada por Trotski como prerrogativa de transformação social. Elementos subjetivos, como honestidade, capacidade e inteligência, são atributos que as pessoas que compõem a Central possuem, e afetam no programa proposto pela CSP-Conlutas. Estão atrelados a essas características individuais, assim, ideias de mudança social no país, como igualdade de direitos e melhor distribuição de renda, as quais podem ser pensadas como categorias sociais. O subjetivo, apresentado como características morais de uma pessoa, e o objetivo, ou seja, o social com as suas contradições, estão intrinsecamente associados na fala do participante.

Não podemos deixar de refletir essa fala sem dialogar com algumas propostas epistemológicas da Psicologia Política. Afinal, é um desafio para este campo da ciência, que propõe integrar elementos da Psicologia e da Ciência Política, aglutinar elementos que parecem tão distantes (Kauth, 2008, Sabucedo, & Rodriguez, 2000). Isso surge como uma questão real quando escutamos dos participantes esta ideia, a qual o motivou a entrar para o movimento e para a Central Sindical, de que para se construir um país, neste caso o Brasil, mais justo e com melhores condições sociais é necessário pessoas com determinadas características subjetivas estarem compondo um grupo que lute por essas demandas.

A Psicologia Política aparece no campo das ciências justamente como este saber interdisciplinar, ou seja, dedica sua atenção aos processos de ser e de agir tanto dos indivíduos como dos grupos, bem como os efeitos desse agir (Martin-Baró, 2013). Isso dialoga com ideia de Prado (2011), cujo estudo da Psicologia Política está relacionado com as condições materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas e políticas, ou seja, um campo com muitas categorias, necessárias para a constituição de uma identidade, a partir de uma diferenciação de atributos do exterior.

Esses critérios trazidos por Trotski flertam com outras características elencadas pelos/as militantes da Central. Podemos, a partir desse conjunto, construir um quadro acerca daquilo que representa a Csp-Conlutas para eles/as. Além disso, fica evidente o que se almeja de um organismo que se propõe a aglutinar a classe trabalhadora e impulsionar suas lutas. A identidade com tal instituição perpassa por categorias que remetem tanto a aspectos subjetivos dos/as militantes, quanto à atuação através de princípios e modos de atuação na realidade da Central enquanto

instituição. Vamos observar agora, portanto, mais algumas características trazidas, que nos auxiliam na percepção de como se materializa essa identidade coletiva.

tem como característica a combatividade, o não-governismo, a luta com o compromisso mesmo com a classe trabalhadora, e não com os patrões e não com os governos, e eu acho que essa é a principal característica dos movimentos ligados à CSP-Conlutas. (Rosa Luxemburgo)

A Csp-Conlutas é o melhor que existe dentro das limitações atuais da consciência de classe da população brasileira, e da classe trabalhadora brasileira, por quê? Por que ela tem uma estrutura muito democrática. Seus dirigentes, eles não são perenes, como em outras organizações, embora haja períodos de eleição para ser trocados, mas a forma como se dá as eleições dificulta que substitua. (Lenin)

Através da diferenciação dos governos e dos patrões que Rosa Luxemburgo mostra a principal característica da Central Sindical, trazendo mais elementos para configuração do NÓS. É assumindo o lado da classe trabalhadora que percebemos quem são os ELES ditos pela participante, neste caso, os governos e patrões são os inimigos dos/as trabalhadores/as. Não fica muito detalhado, porém, o que vai mediar essa relação, sendo colocado apenas a combatividade e a luta como formas de categorias que articulam os movimentos e sindicatos com os governos e patrões.

A forma democrática como a Csp-Conlutas orienta as direções a se organizarem nos sindicatos também influencia na caracterização da Central. Segundo Lenin, os/as representantes não ficam durante um tempo excessivamente longo nas direções dos sindicatos, havendo uma rotatividade para se evitar o caudilhismo, ou seja, a permanência de uma pessoa ou de um grupo por um longo período de tempo em determinada instituição, utilizando-se de meios antidemocráticos, na maioria das vezes, para continuar ocupando tais espaços.

A consciência surge também como possibilidade de análise na fala de Lenin. De acordo com o militante, a Csp-Conlutas é o melhor que existe dentro das limitações consciência de classe da população brasileira. Ter essa consciência de classe nos remete a Marx e Engels (2016), cuja concepção estaria vinculada ao entendimento da existência, pela classe trabalhadora, de duas classes hegemônicas nos marcos da sociedade capitalista, ou seja, a burguesia e o proletário. Neste caso, a primeira, que é minoria, detém os meios de produção, já aquela, que constitui a maioria das pessoas, possuem apenas sua força de trabalho. Os burgueses, para obterem um maior lucro, exploram a mão-de-obra da classe trabalhadora.

Embora a consciência seja colocada dentro de uma perspectiva classista, ou melhor, de entendimento da luta de classes, precisamos tensionar e refletir além, e pensar este conceito para tentarmos associar com a identidade. Sandoval e Silva (2016) nos auxiliam conceituando uma consciência dita política, cuja referência está associada à politização do sujeito, às suas ações politizadas e o desenvolvimento consciente de seu caráter político. Em síntese, portanto, através dela o indivíduo irá pensar nas melhores condições de agir dentro de contextos políticos específicos.

Podemos, partindo desta prerrogativa de consciência política, associar a melhor condição de agir com as escolhas de pertencimento a determinado grupo. A identidade coletiva surge, assim, como uma dimensão da consciência que está relacionada com sentimentos de pertença a um grupo específico (Sandoval & Silva, 2016). No caso das falas anteriores, a partir da consciência de determinadas características da Central, como o não-governismo, a combatividade, ou até mesmo a classificação de que ela é o que há de melhor, pode-se estabelecer um vínculo com a CSP-Conlutas.

Avançando nas análises, elencamos algumas falas que trazem algumas formas de atuação da Central, tanto interna quanto externamente, e o papel que assume diante de determinadas conjunturas. Observar essas questões mostra o nível de organização que se é necessário, além do quanto ela está relacionada com a identidade que os membros da Central estabelecem entre si.

Às vezes são discutidas em conjunto, são discutidas nos fóruns da Conlutas, às vezes a Conlutas chama atividades de unidade de ação com outras entidades, aí é chamada uma reunião pra discutir, sempre de forma organizada, sem muitos espontaneísmos. A Conlutas sempre reúne, organiza, conversa, dialoga pra construir essas atividades. (Rosa Luxemburgo)

a CSP-Conlutas, ela tem uma estrutura muito flexível, que a base elege, a cada Assembleia Nacional, ou a cada Assembleia Regional, quem vai lhe representar na Assembleia Nacional, ou na Assembleia Regional, onde se tomam as decisões. Então essa democracia, ela é muito mais próxima daquilo que a realidade apresenta como possibilidade de mudança . . . a CSP-Conlutas, ela tem um programa em construção e que visa promover uma igualdade social, e evitar os erros cometidos no passado. (Lenin)

A Central desempenha diversos papéis na questão da construção da luta da classe trabalhadora . . . nós nos organizamos enquanto Central, a gente sempre tenta unificar as lutas, por isso a gente faz enquanto Central . . . a gente levar a Central se discutir em conjunto, pra fortalecer a luta. Por isso a importância de se ter uma Central em que várias

categorias estão reunidas e quanto mais gente, quanto mais entidades, quanto mais categorias juntas e organizadas maior é a força que esse grupo tem para conseguir pleitear as suas reivindicações e avançar nas conquistas. (Krupskaia)

Todo o conjunto de falas remete a maneira de atuar da Central Sindical. Pontuamos, nas falas de Rosa Luxemburgo e Lenin, alguns espaços onde a CSP-Conlutas atua, a saber, em fóruns, em reuniões organizadas com outros movimentos e assembleias, tanto regionais quanto nacionais. As formas de atuação dentro desses espaços buscam sempre o diálogo, o debate e a conversa, pois é a partir dessas formas de agir que é possível construir atividades organizadas. Krupskaia reforça a organização e a unificação das lutas como consequência desta maneira de atuar da Central, sempre com várias categorias reunidas discutindo. A forma democrática de ação acaba conseguindo aglutinar mais pessoas e aumentar, portanto, a força para conquistar mais direitos.

Esses espaços têm uma importância fundamental para uma atuação de forma democrática, e Lenin a coloca enquanto possibilidade de mudança. Esse dinamismo da democracia nos mostra que mesmo demandando determinado nível de consenso, a democracia demanda a configuração de identidades coletivas ao redor de posicionamentos diferenciados (Mouffe, 1999). Observamos isso na própria concepção de construção das atividades, cujo objetivo é a igualdade social, enquanto possibilidade, mostrando-se importante para o processo de busca de unidade.

A própria constituição da unidade colocada enquanto busca é um contínuo processo de reconfigurações. Isso é como se constitui a democracia pois, como conceitua Rancière (2014), ela seria esse perpétuo pôr em jogo, uma invenção de novas formas de subjetivação e de modelos que contrariem as tentativas dos governos e dos patrões de impor um único princípio de vida pública. Nesta perspectiva, os direitos de associações, reuniões para construção de unidade, e de manifestações permitem a organização da vida democrática, isto é, a possibilidade de se ter uma vida política independente da esfera estatal e dos organismos da patronal.

Na próxima fala Lenin expõem o que CSP-Conlutas defende, a saber, a democracia. Os membros da Central prezam por uma relação honesta, entretanto, essa categoria de relacionamento não exclui o conflito que, segundo ele, é inerente ao processo democrático. É, portanto, através dessa divergência de opiniões que se consegue pensar as possibilidades de atuação para, a partir daí, votar nas ideias e agir a partir daquilo que se definiu.

a CSP defende, democracia, depois que vota a gente vai cumprir aquilo que definiu. Então é uma, eu percebo que é uma relação de busca de honestidade entre os membros da CSP-Conlutas. A busca da honestidade, ela não exclui os conflitos, os conflitos eles aparecem do mesmo jeito, até que para que a relação seja realmente honesta, esses conflitos têm que surgir. Por que senão vão se escondendo, né, e depois é um problema maior. (Lenin)

Todas as reflexões dos participantes, neste ponto, mostram o processo dessa constituição democrática, além do jogo dialético inerente a ela. A questão colocada de uma política democrática não é se chegar num consenso absoluto, sem exclusões, mas estabelecer distinções compatíveis com uma democracia que abarque os diversos posicionamentos. O grupo que tenha uma posição diferente dentro da organização, portanto, não pode ser visto como um inimigo que precise ser destruído, não obstante um adversário cuja posição necessita ser reconhecida como legítima (Mouffe, 1999). Percebemos que essa concepção de democracia é instituída, a partir dos discursos, dentro da Csp-Conlutas, com tentativas constantes de superar as contradições levando em consideração o reconhecimento da fala do outro.

Os modos, os princípios e as características mostradas até aqui se combinam com a percepção dos/as entrevistados/as e nos mostram a própria relação dos membros da Central. Nos comentários seguintes, percebemos que essas relações são construídas a partir de aspectos como a camaradagem, o respeito e a colaboração, além de uma maneira mais formal, apenas em atividades propostas pela Central. Temos também, nessa sequência, apontamentos acerca dos posicionamentos ideológicos, ou seja, classista dos/as integrantes e de comportamentos e de atitudes individuais, como a prepotência.

a gente tem uma relação muito boa, de camaradagem, e tudo mais, eu me sinto muito bem com os companheiros quando construí atividades com eles, porque são companheiros que lutam, aguerridos aí contra as oligarquias do nosso estado, e tudo mais, e a gente consegue ter uma construção coletiva muito importante, apesar das dificuldades. (Rosa Luxemburgo)

A minha visão é que é uma visão respeitosa e de colaboração. Por que eu sou trabalhador da educação, mas eu não me vejo só como um professor. Eu me vejo como um trabalhador, que é parte da classe trabalhadora, assim como qualquer um outro, né. Então eu sou professor, mas eu poderia ser pedreiro, ou eu poderia ser um carteiro, poderia ser um atendente de uma loja, seria trabalhador do mesmo jeito. Então a nossa relação é uma relação de camaradagem. De colaboração no sentido de que se a gente consegue nos perceber enquanto classe social, a gente consegue fortalecer a luta, e nos proteger mais dos ataques da patronal. (Lenin)

A relação que eu tenho com os outros companheiros é de movimento mesmo, né, é de rua, de atuação, a gente tem uma atividade, por exemplo, em conjunto que a CSP-Conlutas vai, aí vou a encontros com companheiros de outras entidades, Sinasefe, Adua, é assim a nossa relação. (Krupskaia)

Nestas 03 (três) primeiras falas, apontamos o quanto se intensifica a demarcação de NÓS, ou seja, a delimitação de identidades coletivas entre os membros da organização. Ela se constitui a partir de algumas características que surgem na fala dos participantes, como por exemplo, a camaradagem, o respeito e a colaboração. Esta solidariedade política pode ser investigada enquanto um elemento que agrega os interesses heterogêneos e difusos dos diferentes atores que compõem a CSP-Conlutas (Gohn, 2014b). O instrumento subjetivo agregador colocado por Trotski é a percepção além da categoria, havendo um fortalecimento da luta e uma maior proteção a partir do momento enquanto todos/as se veem como trabalhadores/as. Neste caso, isto acaba sendo uma forma de se constituir um conjunto identitário além das categorias profissionais, sendo a classe trabalhadora um conjunto de várias categorias que se identificam entre si.

A relação também acontece a partir das práticas, da ação coletiva que o movimento constrói a partir do cotidiano. Krupskaia complementa esses espaços onde as ações coletivas acontecem, além das assembleias, dos fóruns e das unidades de ação, trazendo a rua, as atividades, como local de encontro com as outras entidades. Gohn (2014a) pontua que as práticas se compõem, além dos discursos, de ações diretas, as quais podem ser estas já pontuadas. Isso é importante, pois precisamos ter em mente que as identidades são construídas não apenas no campo ideacional, mas se firma no campo das interações, nas articulações, sendo o somatório de práticas que estão contidas num projeto que lhe serve de referência.

Isso reflete a formas como os/as trabalhadores/as que estão fora da Central a percebem. Enquanto uma Central Sindical é composta por diversos sindicatos, e este por um conjunto de trabalhadores/as de uma categoria, as falas trazem ponderações de como os sindicatos e os/as próprios/as trabalhadores/as se identificam com a organização.

A Conlutas ainda não é de massas . . . a gente sente um retorno muito grande, porque como a gente não é atrelado a nenhum tipo de patrão e de governo, a gente fala o que é realmente os anseios da classe trabalhadora. (Rosa Luxemburgo)

boa parte dos professores não gosta que o ANDES esteja filiado à CSP-Conlutas, né, porque “Ah, gente o que tem a ver com movimentos sociais”, né. (Perón)

Na primeira fala Rosa Luxemburgo admite que a política da CSP-Conlutas ainda não possui a adesão de um quantitativo grande de pessoas, embora a Central entenda as necessidades dos/as trabalhadores/as, como o fato de atuarem numa organização não atrelada a nenhum governo ou patrão, e justamente por esse entendimento, existe um grande retorno. Perón, entretanto, traz na entrevista que muitos/as professores/as não aceitam o fato do ANDES ser filiado a CSP-Conlutas, pelo fato dela ser a única Central Sindical no país cujos movimentos sociais e as oposições sindicais também possam estar filiadas.

Essa oposição entre totalização, trazido na fala de Rosa Luxemburgo, e de exclusão, mostrado por Perón, evidencia uma contradição discursiva entre os membros da CSP-Conlutas. Tentando superar os posicionamentos contraditórios, concordamos com Mouffe (1999), ao afirmar que é necessário entender que as condições que configuram a constituição de toda identidade é a afirmação de uma diferença. Compreendemos, assim, que os opostos identidade/diferença são demarcados por uma linha muito tênue e podem se desdobrar em acontecimentos nefastos para determinados grupos. Para demarcarmos melhor essa linha, vamos pontuar a alteridade, ou seja, a identidade com o outro pela diferença, como mediador fundamental sintetizarmos esses opostos.

Há também a dicotomia entre sindicatos e movimentos sociais, tensionada na fala de Perón. Uma das características dos movimentos sociais é desafiar o senso comum para que uma parte da cidadania aceite suas demandas, sendo a ação coletiva a forma de confrontar seus argumentos com o dos seus adversários (Vilas, Gómez-Román, & Sabucedo, 2016). Ora, pontuando dessa forma, entendemos que os próprios sindicatos devem ser vistos como movimentos sociais e diversas pautas podem ser consideradas além do campo sindical, como a retirada de direitos e a repressão do Estado. Igualmente, muitas pessoas que participam dos diversos movimentos que compõem a Central também são trabalhadores/as, o que colocam todos/as enquanto classe trabalhadora, como pontuou Lenin mais acima.

Algo deve ser levado em consideração quando lidamos com qualquer instituição democrática, que é a fala e a escuta. Nos trechos seguintes elas aparecem como fundamentais para fazer com que as ideias e as informações da Central Sindical circulem pelos locais de trabalho, aqui exemplificado pela fábrica, e o retorno por parte daqueles que tomam consciência da política do

CSP-Conlutas. A consequência disso é o diálogo entre os diversos movimentos, como a juventude, e as/os trabalhadores/as.

A nossa relação, de forma geral, é uma relação muito tranquila, os trabalhadores eles entendem a juventude como aliada na luta, né . . . a gente trata isso com muita tranquilidade, né, toda vez que a gente tá nos fóruns da Conlutas, ou nas portas das fábricas, a gente fala que os estudantes tão lá apoiando, e tudo o mais, e é sempre bem receptivo. (Rosa Luxemburgo)

outros sindicatos que não faziam parte de Centrais Sindicais, começaram a ver na CSP-Conlutas uma possibilidade de organização onde pudessem ser ouvidos. (Lenin)

Para chegarmos à constituição de identidades precisamos passar por esse choque de consciências entre os diversos atores que compõem tal trama social; só assim é possível a constituição de novos territórios emancipadores (Prado, 2002). Nenhuma construção é possível no campo da organização social e política sem o atravessamento dessas 02 (duas) categorias. Entretanto, elas não podem ser descoladas de um pressuposto ético cuja prerrogativa chamaremos de identidade pela diferença, ou seja, uma multiplicidade de discursos que se coadunam em torno de uma prática que possibilite a emancipação de grupos sociais que tem suas demandas expostas através do debate.

A Psicologia, enquanto práxis transformadora, que se vira aos problemas, às necessidades e aos fenômenos próprios da sociedade em que surgem é convidada a pensar essas questões (Monteiro, 1991). Entretanto, esse ramo da Psicologia precisa ser engajado, que tem como ponto de observação as contradições, em suas maiorias veladas, que sustentam a manutenção das relações de exploração e de opressão, as quais são problemas impostos pela realidade social, política, econômica e cultural, que necessitam ser superados.

Encerramos este capítulo mostrando a forma como se configura a identidade a partir da construção da relação entre os membros da Csp-Conlutas. Entendemos, assim como Mouffe (1999), que para se pensar a identidade é necessário considerar os diversos discursos, com as relações de poder que os atravessam, além da complexidade das relações de cumplicidade, solidariedade e resistência, ensejadas pelas tramas das práticas nas quais essa identidade está implicada. É, portanto, a partir desta multiplicidade de falas, das contradições de posicionamentos e ate mesmo de ideologias, que os/as militantes conseguem encontrar coesão para o

desenvolvimento das atividades da Central, sendo os processos democráticos importantes para a transformação da diferença em identidade coletiva.

Precisamos, porém, ir além de como os/as trabalhadores/as e os/as participantes da Csp-Conlutas identificam-se coletivamente entre si. A materialidade do NÓS não se constitui por/em si mesma, precisando de um ELES para um reordenamento na lógica das relações sociais e políticas. No próximo capítulo continuaremos identificando e analisando aspectos psicopolíticos da identidade, mas agora a partir do que os/as participantes entendem daqueles que estão do outro lado, no campo antagônico e hegemônico, cujo jogo de forças os fazem articularem entre si ideias e práticas.

4.7 A configuração do “ELES”: quando o coletivo se torna político.

Construímos, até aqui, a partir daquilo que foi discutido com os/as integrantes da Central Sindical, a conformação e as linhas que mostram como os seus membros se organizam em torno de pautas, de políticas e de um programa que lhe dão um norte e unificam suas lutas em torno de causas comuns. Não nos esquivamos das contradições dos discursos dos/entre os próprios militantes e tentamos tirar sínteses a partir daquilo mesmo que foi colocado em suas falas. Podemos colocar, concordando com Mouffe (1999), que a experiência democrática está baseada na aceitação dessas experiências conflituosas, e sua articulação se faz necessárias em espaços diferentes das esferas institucionalizadas de poder. Essa experiência democrática, como vimos, é uma importante categoria para a constituição de identidades coletivas.

Não podemos esquecer, entretanto, que para avançarmos na discussão acerca da identidade política precisamos aprofundar a questão dos antagonismos entre o NÓS e o ELES que marcam um aspecto psicopolítico importante para refletirmos a realidade da Central Sindical. A mudança de perspectiva agora está na tentativa de se observar as relações antagônicas produtoras de formas de opressão. No caso da fala dos/as militantes, notamos algumas relações deste tipo dentro da organização, embora essas construções estejam vinculadas aos governos, especialmente ao do Partido dos Trabalhadores (PT), à polícia, que oprime a população da periferia.

Vamos iniciar nosso debate articulando algumas relações que caracterizamos como, no mínimo, tentativas de se estabelecer relações de poder. Antes, porém, dialogaremos com essa primeira fala de Perón para fazermos um paralelo e demarcarmos as diferenças entre identidade coletiva e identidade política.

eu tenho uma boa relação, eu não tenho problema. Claro que tem alguns que você concorda mais, outros que você concorda menos, mas eu tô sempre procurando, tentando pelo menos, não sei se consigo, amenizar as coisas. . . . Então, temos diferenças, né, temos algumas diferenças, como essa... essa é uma diferença, digamos, ter um companheiro, como vocês, e tudo isso, que ainda acreditam que é a classe operária que tem que conduzir esse negócio. (Perón)

Nesta fala de Péron existe uma prática cotidiana de diálogo entre os membros da Central, muitas vezes marcada por diferenças, como a da crença que a classe operária é o sujeito social das transformações da sociedade, as quais ele está sempre tentando contornar ou amenizar, e não menos importante, não vendo nenhum tipo de problema nisso. O que define esse momento é o de compartilhamento de valores e crenças que definem a cultura política do grupo, o que vem colaborar na própria configuração e mediação das questões divergentes (Prado, 2002). Não é algo que está numa lógica de imutabilidade social, mas uma construção que se reconhece em outras identidades históricas e presentes, mas se diferenciando delas também com seu olhar crítico da realidade (Álvarez, 2000).

Avançando um pouco mais na análise dos debates com os/as militantes percebemos um esboço de relações marcadas pelo aparecimento, conforme nos aponta Prado (2002), de uma dimensão política, ou seja, surgem nas relações sociais aqui espaços marcados por antagonismos que diferenciam os atores sociais inseridos no contexto. Nas 02 (duas) falas de Trotski notamos tendências à exclusão de um grupo que faz parte da Csp-Conlutas, cujo grupo dominando se apropria do discurso da verdade para impor relações de poder dentro da Central.

às vezes eu percebo, assim, que tem um ou outro, dentro, né, que quer ser super, né, quer ser super. E isso é ruim, eu acho que isso é ruim. Quanto aos demais, tem pessoas brilhantes ali. (Trotski)

Dá a impressão, algumas vezes, de que nós, do movimento lutamos popular, nos enquadrados ali na planilha da inutilidade, essa é a impressão que passa. Digo super assim, porque parece que algumas pessoas querem tomar a frente de tudo, né, acham que só a opinião é que vale dele ou dela, entendeu. Apesar de às vezes até ouvir as outras pessoas,

né, mas enquanto fundamental, central, né, frisa, em sua opinião, e quer que a sua opinião seja ali aceita por todos. (Trotsky)

Embora exista esse antagonismo marcado por uma relação de opressão dentro da organização, parece haver o entendimento de que acreditar na possibilidade de um consenso, cuja prática eliminaria definitivamente as diferenças, é um engano, além de uma negação do político. Não vemos, mesmo expondo a crítica, qualquer exigência por parte do militante da suspensão ou da expulsão dos grupos que foram tachados de serem prepotentes e “super”, segundo Trotsky. Pelo contrário, isso mostra que diferenças surgem a partir de um debate intenso, onde todas as ideias, quer sejam grupais ou individuais, são levadas em consideração, mesmo acarretando algum descontentamento por parte das entidades que divergem das ideias. Notamos aqui, portanto, que a superação dessa apropriação discursiva cujo desdobramento é a dominação pode ser superada por práticas democráticas de debate intenso, tanto dentro de instituições como fora delas.

Dois exemplos mostram como se materializam as relações de opressão a partir do contexto no qual a CSP-Conlutas está inserido. Devemos lembrar, antes, que essas relações se configuram como lugares privilegiados de antagonismos, ou seja, quando determinados/as sujeitos se encontram impedidos/as de homogeneizar algumas posições (Prado, 2002). Voltando aos exemplos, discutiremos acerca de como, a partir do machismo e das relações com o governo do PT, a Central Sindical conseguiu dar forma ao outro antagonista, ao ELES. Vamos iniciar nossa análise pela questão do machismo.

a luta das mulheres trabalhadoras é uma luta associada a luta de classes, não tem como a gente falar de violência contra mulher, sem analisar quem são essas mulheres que morrem todos os dias, são as que estão mais expostas à violência e são as mulheres das periferias, são as mulheres que sofrem com os descasos dos governos. (Rosa Luxemburgo)

quando a gente fala da questão das mulheres, a gente tem muita clareza que no sistema capitalista, que na sociedade que a gente vive, os homens são machistas, e que os homens da classe trabalhadora também são, né, e a gente tem muita paciência, a gente acha muito mais importante dialogar com os trabalhadores, explicar o porquê a gente não pode ser machista e não pode ser opressor com as companheiras, que a gente acha que é uma disputa de consciência, que a gente tem que ganhar a consciência dos trabalhadores pra luta das mulheres porque a luta pela emancipação da nossa classe é também a luta pela libertação das mulheres . . . diferente de muitos setores feministas, por exemplo, que não tem essa leitura classista, e simplesmente ignoram os trabalhadores e sequer fazem discussões com eles, como se eles fossem machistas e “acabou a história”, como se a gente não tivesse que ganhar esses trabalhadores como aliados para as nossas discussões. (Rosa Luxemburgo)

foi a partir dessa discussão, de se combater o machismo dentro da nossa própria classe, né, junto com os nossos companheiros de categoria de sindicatos, que surgiu a necessidade de se organizar uma entidade que fizesse esse debate e combatesse a questão do machismo, de opressões, dentro da organização de lutadores, né, que são os sindicatos e a Central Sindical. (Krupskaia)

Para entendermos os apontamentos levantados por Rosa Luxemburgo e Krupskaia é necessário passarmos para o debate da questão classista de gênero. Inicialmente notamos a necessidade de se associar a luta de gênero com a de classe, havendo um recorte quantitativo sobre o número de mulheres que mais sofrem violência, que são as mulheres trabalhadoras, da periferia. Hirata e Kogart (1994) afirmam que as relações de gênero e de classe são estruturantes na sociedade capitalista, diferente de outras relações, que são contingenciais, daí a importância de não desvincular uma da outra.

Novamente a questão do ELES está configurada dentro da Central. As duas participantes pontuam que na própria classe trabalhadora os homens são machistas, reforçando a relação entre gênero e classe. Também colocam o combate e o debate paciente como formas de ganhar a consciência dos trabalhadores para a luta das mulheres. Nesta visão, as opressões surgem como a face mais violenta e cruel do sistema no qual estamos inseridos. Ora, como esse sistema se sustenta a partir da exploração da maioria de sua população, podemos deduzir que apenas com a superação do capitalismo conseguiremos por fim as opressões que rebaixam e excluem uma parcela elevada de pessoas, neste caso, as mulheres.

Percebemos o quão dinâmico é o estabelecimento de identidades políticas, ou seja, a demarcação de fronteiras entre o NÓS e o ELES. Existe a fronteira classista, entre os/as trabalhadores/as e os patrões e governos, mas há também outra fronteira menor, dentro da Central, que é demarcada pelo machismo. Isso mostra que não existem identidades sociais prontas, acabadas, mas sim o aparecimento do político em momentos de confrontos e demarcações de diferenças. Machado e Costa (2016) mostram essa dinâmica política em termos de deslocamentos na objetividade social sedimentada, ou seja, esses movimentos constantes os quais apresentam fixações parciais.

Perón vai à contramão daquilo exposto e faz uma crítica ao posicionamento classista diante das discussões de gênero. Faz um recorte dos sujeitos que são machistas, diferentemente das falas anteriores, sendo apenas os sindicalistas mostrados como machistas. Mesmo se considerando

classista, não consegue estabelecer vínculos entre as relações de opressão e de exploração do sistema como um todo. Critica, além disso, a tentativa de parte da Central de se diferenciar de determinados setores feministas que não fazem uma leitura classista da realidade, pontuando que é preciso caminhar juntos/as nas lutas. Por fim, pontua a questão luta pela igualdade como marco de unificação das diferenças, e também a impossibilidade de se eliminar a tensão entre gênero e classe.

eu acho muito difícil pensar exclusivamente nesses termos. E as contradições se dão, não estamos vivenciando uma contradição entre as questões de gênero, né, então eu, numa reunião de diretoria, digo “Nós estamos...”, discutimos gênero, nós estamos pela igualdade, nós estamos apoiando as companheiras para que possam militar, para que possam [Pausa] mas quando se fala de gênero alguém levanta a mão e diz “Mas gênero classista”. Ou seja, é como que, se não for gênero classista, não pode ser. E pode ter gente que só queiram discutir isso, e só queiram brigar por isso, e aí? Que que a gente faz? Não é classista, eu posso dizer “eu não sou classista” . . . então o gênero, por exemplo, a discussão de gênero tá colocando uma tensão aí, e que eu não acho que seja possível, em sindicato muito machista, o sindicalismo em geral é muito machista, e tudo isso... resolver essa contradição entre classe e gênero. Vai ter que ir caminhando junto na porrada, entendeu? Mas muita gente, em algum momento, vai... é uma tensão ineliminável na nossa realidade. Pelo menos por muito tempo. Então o que a gente privilegia, a classe... não em algum momento você precisa tomar algumas decisões que [Pausa] ou a classe ou o gênero. (Perón)

Não é fácil, é uma contradição difícil de resolver, que não vai ser resolvida. . . . então, é nesse tipo de coisa, eu, apesar de classista, não quero deixar de fora, e eu acho que a CSP tem que ir por aí, aos que não são classistas. É difícil, é difícil. Mas, pelo menos, na luta a gente tem que ir junto. (Perón)

Mesmo se considerando classista há certa confusão quando este é associado ao machismo, e especialmente aquilo que entendemos por política. Ao mesmo tempo em que coloca a impossibilidade de superação desse antagonismo, diz que estamos buscando, dentro da Central, a igualdade. Não podemos esquecer, entretanto, que a política é este permanente espaço de disputas e negociações, onde a lógica do traço igualitário assume a forma de tratamento de um dano, de um litígio (Prado, 2001, Rancière, 2000). Existe a necessidade, coloca Mouffe (1999), de parar de se deixar enganar e negar o político com a possibilidade de eliminar totalmente os antagonismos, neste caso, através de uma abstração, como a igualdade absoluta.

Continuamos a nossa análise passando para outros atores que se constituem como ELES na sua relação com a Central. Nas falas seguintes, as instituições, muitas vezes, estão imbricadas umas nas outras, como no caso de outras centrais sindicais, como a CUT, além de partidos políticos, como o PT. O Estado também aparece como instrumento antagônico de determinados movimentos,

em especial, sua instância repressora, a polícia; podendo, além disso, impor seu programa na forma de regulamentações e reformas.

[ANEL] é uma entidade do movimento estudantil que surgiu da necessidade de apresentar uma alternativa ao atrelamento da então entidade que, até então, representava a gente ao governo federal. (Rosa Luxemburgo)

com os ataques que estão vindo, a questão da reforma da previdência, que afeta principalmente as mulheres trabalhadoras em razão do que foi igualado, né, o tempo de contribuição entre homens e mulheres, por exemplo, um ataque desses ele exige, né, uma organização mais ampla e maior de mulheres pra combater essa reforma da previdência, e seria essa necessidade de uma organização mais ampliada, de uma intervenção mais ampliada pra combater uma ataque desse tamanho, que seria, por exemplo, necessário a abertura de um trabalho com mulheres de outras entidades, de outras Centrais Sindicais, de outros sindicatos, em razão da necessidade. (Krupskaia)

Essa questão aí é uma questão, eu digo assim, pros corajosos, né. pra quem tem sangue nos olhos, vou te falar assim. Por que a gente sabe que a gente tá lidando com o braço armado do Estado, né, os caras têm o poder de fogo nas mãos, e tem o dinheiro nas mãos, do lado dele. E ainda tem a Justiça do lado deles, que não tem nada de Justiça, entendeu? Então tudo que é relacionado a crime, criminalização, tudo tá intrinsecamente envolvida a Justiça. E a justiça sempre tende pro lado do Estado ou dos representantes do governo, e não, né, na verdade, pra população pobre que realmente necessita . . . Então, uma coisa que Estado sabe, e faz de conta que não sabe, aquela efígie, aquela escultura representando a Justiça brasileira, ela tá certa, porque ela tá de olhos vendados mesmo. Ela faz vista grossa pro que acontece, e por isso fica. (Trotsky)

Nestas 03 (três) primeiras falas as diferenças estão muito bem delimitadas entre as instituições antagônicas. Rosa Luxemburgo coloca a ANEL como uma alternativa à antiga organização que representava os estudantes a qual, com a chegada do PT ao governo federal, se burocratizou com seu atrelamento aos órgãos do Estado (Almeida, 2007, Agüena, 2005). Já Krupskaia expõem uma forma de atuação do Estado que acaba afetando diretamente as mulheres trabalhadoras; neste caso, é através de mudanças na previdência que a relação entre trabalhadores/as e governos assumiria a forma de antagonismo. Trotsky, por fim, exemplifica a polícia, segundo ele, o braço armado do Estado, como principal inimigo do movimento popular, utilizando-se de uma Justiça e de um Estado inoperante e omissos para sustentar relações de opressão.

Num primeiro momento a questão política pode ser resumida, aqui, apenas a uma questão institucional, porém, não podemos deixar de lado primeiramente o reconhecimento deste espaço

como sempre atravessado por disputas e negociações (Prado, 2001). Isso remete, nas falas levantadas, que é através de uma dialética de demandas que surgem os antagonismos juventude/governo, mulheres/reformas, movimento popular/polícia. Esse momento dialético, processual da constituição do sujeito político, de acordo com Machado e Costa (2016), é tomado pelo viés da desintegração ou desclassificação que inquiri a ordem às relações de dominação instituídas. Lembramos que, mesmo que nas falas desse/as participantes esse campo apareça apenas nas esferas organizacional e estatal, o político não se restringe a elas.

Esses elementos acabam se tornando também importantes como contraforças de qualquer tipo de reificação de identidades, tão importantes para a gestão do corpo social pelo Estado, na sua relação com a sociedade civil (Machado & Costa, 2016). O objetivo desta coisificação por partes das instituições hegemônicas é justamente impossibilitar o surgimento de identidades, visto que toda identidade se estabelece por relação cuja condição de existência é a afirmação de uma diferença, e somente entendendo o funcionamento do outro exterior, será possível compreender o surgimento do antagonismo (Mouffe, 1999).

Isso demonstra a importância da Psicologia Política enquanto práxis mediadora de relações antagônicas. Morales (2016) pontua que quando falamos de sua agenda devemos marcar essa quebra entre a institucionalização, a dependência, a comodidade e a reprodução, e as demandas de compromisso, de posicionamento, de ideologia e de confrontação, ou seja, uma Psicologia a serviço da autonomia e não da adaptação. Ao falarmos dessa dialética devemos notar a mediação inclusive da subjetividade, que muitas vezes é motivada por uma crise, ou sofrimento, que pode se desdobrar tanto em engessamento, como por desejo e motivação de luta coletiva.

A diferenciação do NÓS e do ELES também se estabelece no campo do sindical, ou melhor, entre duas Centrais Sindicais, a saber, a CUT e a CSP-Conlutas; afinal, não podemos esquecer que a esta Central surge a partir daquela. Além disso, existe o atrelamento da CUT ao PT, mostrando a presença da diferenciação político-partidária. Colocamos a primeira fala de Lenin para reforçar que a construção da Csp-Conlutas se dá a partir de um enfrentamento com o governo Lula e com a CUT, aos quais ao chegarem ao poder abandonam as pautas históricas da classe trabalhadora brasileira para se adaptarem às políticas neoliberais do sistema capitalista.

a CSP-Conlutas surge da Conlutas, e a Conlutas surge de um processo de enfrentamento às políticas neoliberais do governo Lula. Ele assume em 2003 e começa a fazer, a cumprir a promessa que ele fez pra patronal e pros banqueiros. Começa a fazer uma nova reforma da previdência, tenta fazer um aperto nos servidores públicos. Então, a reforma da previdência fez com que muitos dirigentes sindicais rompessem com o PT e com a CUT . . . Aqui em Manaus não havia isso, mas começou a haver rompimento com a CUT, por traições, que a gente chama assim, aquelas reivindicações históricas que os trabalhadores tinham, que a CUT abandonava pra poder dar apoio ao PT, elas causaram muita indignação em todas as categorias que eram mais ativas. (Lenin)

resgatar a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras por melhores condições de trabalho, contra a exploração, enfim, resgatar a luta desatrelada dos governos e dos patrões, coisas que outras centrais sindicais, como CUT, abandonaram há muitos anos. A gente precisa desatrelar o movimento sindical dessa burocracia que só trava as lutas . . . Existe o Quilombo Raça e Classe também, que é um movimento de negros e negras que não se entregou à cooptação do movimento negro que o PT fez quando subiu ao poder, o MML, como eu já falei, um movimento de mulheres também que não se vendeu a nenhum governo e que continua levantando a luta das mulheres trabalhadoras contras todos esses governos que nos atacam, principalmente o ex-governo do PT que iludiu milhares de mulheres e iludiu muitos movimentos, e cooptou muitos movimentos. (Rosa Luxemburgo)

Rosa Luxemburgo coaduna suas ideias com as de Lenin, porém trazendo novos elementos que sustentam relações antagônicas que oprimem e exploram os diversos segmentos sociais e dos/as trabalhadores/as, como movimento de negros e de negras e o de mulheres. A burocracia aparece como um instrumento cuja função é desmobilizar a classe trabalhadora para as lutas. Além disso, outro ponto importante é o vínculo da CUT, sindical, com o PT, partidário, que ao chegar no poder fechou com aqueles que eram considerados inimigos e propuseram pautas que os/as trabalhadores/as lutaram durante décadas para que não fossem regulamentadas. Isso mostra, portanto, certa confusão em configurar o ELES, de acordo com o trazem o/a participantes, por parte da Central com a qual esses militantes romperam para criar a Csp-Conlutas.

os dirigentes que romperam com esse governo do Lula, e outros governos estaduais também ligados à esquerda, eles já fizeram a experiência que eles não protegem os erros da esquerda só porque é esquerda, são muito mais críticos, então esses dirigentes, eles estão comprometidos com algo novo, com algo que a gente nem sabe direito o que é. (Lenin)

Surge, daqui, a política que desloca o corpo do lugar que lhe era destinado, a partir da tomada de consciência de que existe um lugar e formas para o encontro de processos heterogêneos (Rancière, 1996). A tomada de consciência é atravessada pela experiência dos dirigentes que romperam com o governo Lula, e conseguem desenvolver um pensamento crítico acerca das novas políticas adotadas quando este chega ao poder. Como escrito acima, a confusão na conformação

do ELES por parte da CUT revelam-se como saídas comprometidas com um regime político, caracterizados pela indeterminação das identidades, espaço de deslegitimação das palavras, desregulação do espaço e do tempo compartilhados (Rancière, 2009).

Vimos até aqui o aparecimento do político a partir de uma ruptura por parte de um grupo que não mais se identificou com as propostas dos organismos em que estavam inseridos. Vamos continuar refletindo com a fala dos/as participantes a partir de uma negatividade, ou seja, a diferenciação do ELES pelo NOS. Perón pontua a questão da ideologia neoliberal, associando-a ao individualismo, e a considerando a grande vitoriosa, sendo esta potencializada pela nova política moderna do PT.

Essa ideologia do neoliberalismo, se tem uma coisa vitoriosa, não é a teoria econômica, porque não acerta uma a teoria econômica, mas isso de responsabilizar pessoas, é a grande vitória deles, de individualizar todas as coisas . . . casou perfeitamente o modelo de modernização do capitalismo do PT, com esse tipo de ideologia. (Perón)

Essa questão do individualismo é uma forma de cercear o político da vida cotidiana, fazendo com que as pessoas o neguem. Seguindo esse critério, concordamos com Mouffe (1999), que neste século passamos por um vasto processo de estabelecimento de novas fronteiras políticas, cujo desdobramento é a redefinição de identidades coletivas. Essa reconfiguração mostra exatamente a contradição neoliberal, ou seja, é através dos limites de um consenso liberal que revela que este está baseado em atos de exclusão, sendo daí o advento do político. A tentativa de anular o político, enquanto campo de relações de forças, da violência e da luta contra o inimigo, reconfigura os traços identitários, passando-os muito vezes do coletivo para o político.

Essa passagem de uma identidade coletiva para uma identidade política demonstra a importância de pensarmos a política como espaço de antagonismos (Mouffe, 1999, Prado, 2001, 2002, Rancière, 2000, 2009). Na identidade coletiva discorremos de possíveis práticas cotidianas do grupo na conformação de redes sociais, garantindo uma continuidade da experiência do NÓS e do pertencimento a determinado grupo. Já na identidade política torna-se impossível homogeneizar determinadas posições, transformando as relações em lugares privilegiados de antagonismos e demarcando esses espaços através de fronteiras políticas.

No caso do surgimento da CSP-Conlutas há a transformação de identidades coletivas em identidades políticas, pois percebemos a perda do compartilhamento de crenças e valores que

definem a cultura política do grupo. Houve, neste caso, a precarização do consenso sobre sua atuação enquanto organização e sua relação com o governo, especificamente o do PT. O ELE e o NOS tornam-se irreconciliáveis, embora ocorra a transformação desse espaço social e novos campos de lutas políticas. Isso ocorreu a partir da não aceitação da lógica neoliberal imposta pelo partido, e adotado pela CUT, ao chegar ao poder, mostrando que essas demarcações dependem do contexto histórico, além do caráter contingente e temporário dos consensos e exclusões.

A adaptação ao neoliberalismo reflete na forma de atuação de algumas categorias, especialmente as que possuem divergências políticas. A relação estabelecida pelo governo com determinadas instituições, nas quais os sindicatos da CSP-Conlutas, acaba atravessada pelo viés financeiro de uma maneira muito forte. O dinheiro, aqui pode ser visto como um dos instrumentos utilizados por ELES para engessar a tomada de consciência dos antagonismos que surgem nos contextos nos quais a categoria está inserida.

A gente trabalhava lá, nessa onda desses últimos 15, 20 anos do governo Lula e do governo Dilma. Estava tudo bem, tudo maravilhoso, era só trabalhar. E as pessoas não se queixavam. (Perón)

Gente que era militante até 2002, 2003, começou a ter dinheiro, e realmente teve mais dinheiro pra pesquisa, pra extensão, teve! Nesse sentido teve mais dinheiro. Mas a forma como foi sendo definida a universidade, voltada para o mercado, isso parecia que não se podia ser falado, né, era uma coisa que ficava [Pausa] se você falava isso, você não sabia do que tava falando. Ou seja, você não tinha possibilidade de estabelecer uma interlocução válida, porque você era deslegitimado. Não era um debate, era uma deslegitimação, “você não sabe o que era antes, nunca foi assim, estamos no melhor momento porque temos dinheiro”. . . . todo esse pessoal que era antigamente militante, se retirou aos seus trabalhos, tinha dinheiro, conseguia fazer as coisas, e realmente conseguia. (Perón)

O dinheiro para financiamento de atividades, neste caso, dos/as professores/as de uma universidade federal, serviu de parâmetro para sustentação de um posicionamento político. Essa adequação, assim, à lógica neoliberal trouxe problemas para conformação e delimitações de problemas, entre os quais consta a deslegitimação dos discursos que tentassem se diferenciar dessas práticas voltadas apenas para a captação de recursos. A comparação, do antes com o depois do governo Lula, é utilizada aqui para reforçar as linhas entre o NÓS e o ELES, mediada aqui apenas por questões financeiras.

Não podemos esquecer, entretanto, que pensar qualquer instituição e, em especial, para se constituir uma identidade, tanto coletiva quanto política, é necessário o desenvolvimento de uma consciência acerca da complexidade dos espaços nos quais essas categorias estão inseridas. Alguns/mas profissionais possuem um posicionamento acerca das políticas implementadas no governo citado que não trazem consigo possibilidades de transformação social. Dentro das próprias categorias, portanto, existe essa dialética entre aqueles/as que defendem um programa e os/as que tentam superá-lo.

Isso mostra a complexidade da configuração de uma identidade política dentro de qualquer contexto. Aqui, não é apenas o governo Lula ou a ex-presidente Dilma de que estamos falando, apenas; mas de um conjunto de propostas que atravessam as instituições, quer sejam partidos, ou sindicatos, ou movimentos sociais, e tocam diretamente as bases que muitas vezes não participa dos espaços de debate, os quais são importantes para a constituição de identidades, pela lógica da diferença. É necessário, portanto, pensar a identidade também por esses caminhos discursivos que se dão no campo do cotidiano, além de quais instrumentos são utilizados para sustentar tais relações antagônicas.

como eles tinham medo de colocar essa discussão, essa é uma leitura que eu faço, né, eles tinham medo de colocar essa discussão pra base, e a base era ainda muito petista, muito “o Lula não presta mais é nosso”, entendeu? E como eles tinham medo de colocar essa discussão, a gente acabava tensionando muito pra que eles não demorassem muito a discutir isso, que era importante fazer, e eles acabavam ficando com raiva, ficavam chateados porque pela pressão que a gente fazia. (Lenin)

Lenin nos mostra que esse antagonismo é atravessado por elementos que inibem a debate e a discussão. Ao falar da base de um sindicato, podemos ver um antagonismo entre a base e a direção, que é marcado especialmente por um antagonismo político-partidário. Esse tipo de postura, como o da direção, de medo de debater com as bases opiniões diferentes, e se chegar a uma síntese a parte delas, mostra o desafio de negar “a negação” do político, cujo conteúdo acaba afetando o próprio surgimento do político. Essa negação converge também numa desordem acerca do delineamento das identidades, as quais podem se confundir entre as categorias que surgem nos determinados contextos. Neste exemplo, os/as profissionais se misturam com as ideologias político-partidárias, não deixando transparentes as linhas do NÓS e do ELES.

quando você observa os salários dos anos 90, até hoje, caiu pra caramba, apesar de um relativo aumento no período do Lula e da Dilma. Caiu, significativamente. Mas ainda dá pra ter uma boa vida, não tô me queixando em relação a isso. Dá pra você não sofrer, não passar fome, tem como bancar tuas necessidades . . . quem tem muita grana não precisa ter Centrais sindicais. Pra que? Se tá indo bem? É muito menos, isso é geral, né, e muito menos Centrais sindicais que se junta com movimentos sociais, com oposições dentro de sindicatos, que tocam alguns interesses de sindicatos, específicos, PCdoB, PT. (Perón)

Esse tumulto acaba gerando uma forma coletiva de perceber o contexto que não condiz com a realidade. Perón nos traz o exemplo do conteúdo expresso nas diferenças entre os membros da sua categoria, os quais colocam as coisas em termos financeiros, o que acaba anuviando qual a verdadeira função de uma Central Sindical, que entendemos ser um instrumento de organização e conscientização da classe trabalhadora. Isso precisa ser o cotidiano das relações sociais, mesmo em momentos onde a crise parece não existir. Apesar disso, não podemos deixar de lado o caráter processual de reorganização sindical e popular, e a Csp-Conlutas é a expressão dessa dinâmica que se abriu após o governo Lula (Aguena, 2005).

Nem sempre a ruptura com a CUT e o PT implica a participação na CSP-Conlutas. Por sua vez, nem sempre a participação nesta Central Sindical implica que as entidades já terminaram seu processo de rompimento com aqueles organismos (Aguena, 2005). O início talvez aconteça pela identidade política com a bandeira da CSP-Conlutas, além da prática em torno da luta e da mobilização, e isso acontece pela tomada de consciência acerca das diferenças produtoras de antagonismos entre as duas instituições que estão nos mesmos marcos funcionais.

Pois bem, a partir desse capítulo percebemos elementos, a partir das falas dos participantes, que configuram as relações de antagonismo, base para organização de identidades políticas. O ELES surgem, aqui, em diversos momentos nos processos no qual o político aparece em cena, ou seja, onde o traço igualitário assume a forma de um dano. A questão aqui assume contornos complexos, visto que a história desta Central é marcada por um rompimento ideológico com outro organismo do qual seus/suas militantes faziam parte.

A dialética da identidade política é construída a partir desse NÓS e ELES, embora as coisas não aconteçam na prática de forma tão simples. Muitos atores desse processo identificam-se em determinados pontos com a Central, mas em outros discordam, e assumem o posicionamento das organizações que recebem críticas da CSP-Conlutas. Isso reforça a questão da necessidade de

continuarmos demarcando esses territórios discursivos nos quais as diferenças aparecem de forma mais acentuada. Afinal, é apenas a partir do surgimento dos antagonismos que é possível pensar suas contradições para, daí, superá-las.

5 Considerações Finais

Pretendemos, com esse projeto, compreender aspectos psicopolíticos da identidade política de sujeitos que atuam numa Central Sindical da cidade de Manus. Para isso recortamos nosso referencial teórico, primeiramente, para o contexto histórico do sindicalismo e da Csp-Conlutas, Central onde atuamos. Utilizamos como aporte conceitual categorias como política, identidade coletiva e identidade política, além de outros de consideramos ser importantes para o diálogo com aquilo que trouxemos da realidade na qual nos inserimos. Tudo isso para dar conta dos objetivos da pesquisa.

Ao tentarmos identificar como se constroem os aspectos psicopolíticos da identidade política dos/as participantes conseguimos trazer elementos importantes que iluminam caminhos para a reflexão acerca do que foi proposto. As linhas mostradas que separam o NÓS do ELES, cujas demarcações são importantes para construção de identidades políticas, abrem possibilidades importantes de estudos. Elas aparecem na pesquisa tanto na relação dos/as militantes da Central Sindical, como nos diversos aparatos sociais que normalmente são utilizados como instrumentos de dominação. Na pesquisa, podemos ver isso nas legislações criadas que afetam os/as trabalhadores/as e os movimentos sociais, a polícia, enquanto braço armado do Estado, o próprio Estado, sua burocracia etc.

Cada categoria identificada precisa de uma reflexão aprofundada não apenas do seu funcionamento, mas também como se relaciona com o conjunto da sociedade, para moldarmos um melhor quadro com as linhas complexas dos antagonismos que aparecem entre as diversas personagens que marcam seu campo nesse território. Conseguimos, aqui, apenas identificar, não obstante é necessário entrar para perceber suas contradições internas, onde possivelmente existam também construções de identidades políticas dentro dos aparatos marcadas por relações de opressões.

O importante, além disso, é notar o quão dinâmica é a constituição de identidades. Num primeiro momento, observamos os/as integrantes da Csp-Conlutas bastante coesos/as ao pensar atividades nas quais o outro exterior ataca direitos e conquistas da classe trabalhadora, se

pensarmos o contexto atual. Não obstante, existem alguns movimentos que veem determinado sindicato na posição do outro externo, dentro da Central. Essas fixações parciais e relativas de posicionamentos são um convite à reflexão para futuras pesquisas.

Tentamos também analisar aspectos psicopolíticos associados à identidade política, cuja peculiaridade está na forma de relação que se estabelece com o outro exterior, ou o ELES, marcada por uma antagonização irreconciliável entre os agentes, ou seja, abrindo espaço para lutas políticas. Novamente elencamos alguns conteúdos mostrados na saída a campo, já pontuados acima. O interessante, entretanto, é pensar as formas como esse exterior é internalizado pelo NÓS.

O contexto político serviu para observamos o nível de organização e o quanto os/as trabalhadores/as foram afetados pela conjuntura na qual passa o nosso o país. Nos anos em que essa pesquisa ocorreu, a classe trabalhadora brasileira atravessou uma séria crise econômica do sistema capitalista, cuja consequência está sendo sentida ate hoje, com o desemprego e a retirada de direitos. Além disso, os movimentos sociais também são atacados pelos governos, com a sua criminalização, a não implementação de políticas contra a violência machista, e a diminuição de investimentos em programas para a juventude. Alguns Projetos de Lei foram citados no decorrer da pesquisa, embora não haja um aprofundamento delas, pois entendemos que esse não seja o mote da reflexão.

A experiência de trabalhar neste espaço antagônico de ataques, seguidos de lutas, evidenciou a impossibilidade de se distanciar das lutas de nossa parte. Diversos acontecimentos nos fizeram participar ativamente das atividades, inclusive construí-las, como a Marcha da Periferia, e a própria fundação da Central. Tudo isso mostra o quando deve ser pensada a pesquisa enquanto práxis, ou seja, não desvinculando a reflexão teórica da ação prática. Neste caso, a troca constante de ideias revelou a necessidade de construção das atividades, que é um desdobramento da realidade, e que, no final das contas, também os/as pesquisadoras, são afetados pelas relações antagônicas construídas pelo ELES.

O surgimento da questão de gênero e do machismo precisa ser colocado como possibilidade de reflexões futuras. Afinal, na sociedade onde estamos inseridos/as, a mulher tem uma função na qual é triplamente explorada. Isso acaba se refletindo nas relações configuradas na Central, além na organização das mulheres em pautas emancipatórias. Precisamos atuar junto delas, e não

construindo barreiras entre aquelas/es que pensam a realidade, e as/os que atuam nela tentando transformá-la.

A Psicologia Política exerce uma função subversiva e exige dos/as psicólogos/as um posicionamento político diante do contexto. O saber psicológico não pode mais acreditar que possa manter uma distância do objeto de estudo a ponto de não se fazer perceber e não afetar nas relações construídas a partir de sua atuação. Ao mesmo tempo em que afetamos o objeto estudado, somos afetados por ele, e isso vai fazer toda a diferença no desenvolvimento de qualquer atuação. Precisamos, portanto, enquanto profissionais, entender que essa exigência de distanciamento é um posicionamento político, que deve ser levado em consideração no momento de nossa atuação, e que vai afetar as relações entre o pesquisador e os sujeitos inseridos no contexto estudado.

Podemos ser ainda mais intempestivos/as nas nossas tarefas enquanto psicólogos/as e fomentar a indignação, auxiliando e debatendo a tomada de consciência por parte dos grupos mais explorados e oprimidos pelo sistema capitalista. Mostrar, além disso, que existem conflitos antagônicos, sustentados por relações de poder, promovedores de sofrimento subjetivo para uma maioria desprovida de qualquer tipo de amparo das instituições sociais que deveriam cumprir essa função, como diz a legislação.

Por isso a importância da Psicologia Política pensar a identidade, pois ela abre caminhos para o entendimento e atuação na relação entre indivíduo e sociedade. A tomada de consciência das contradições sociais possibilita processos identificatórios de pertencimento dos sujeitos em determinada comunidade. Esse sentimento é um grande promovedor do debate, a partir de demandas assumem a autenticidade a partir de um discurso que encontra amparo numa coletividade e encontra forças para uma atuação grupal de transformação da realidade.

A concepção de política é fundamental aqui e deve ser pensada pela Psicologia; afinal, é a partir de sua negação que as relações hegemônicas são sustentadas. A falácia do consenso absoluto serve de subterfúgio para os organismos exploradores e deve ser substituída pela lógica da diferença, e não da exclusão. Essa é uma questão crucial, a saber, como não considerar o outro opositor como um inimigo que necessita ser destruído, mas sim como um adversário cuja posição seja legítima. Para a sobrevivência da democracia, a reflexão acerca da constituição de identidade

coletiva, em torno de posições diferenciadas, é importante para a abertura de espaços de discussão onde outro não seja considerado automaticamente um inimigo.

Por fim, esse trabalho buscou, além de uma construção teórica e seu diálogo com a realidade, uma atuação ética, sempre tentando lutar junto aos grupos sociais excluídos pelas práticas de exploração e de opressão de uma minoria que detêm o poder, quer seja o Estado ou os patrões. Não existe a possibilidade, atualmente, da ciência tentar se isentar de um posicionamento político e o negar de suas práticas de pesquisa. Fazendo isso, muitas vezes, opta-se pelo lado mais conservador dos jogos de forças sociais, além de construir instrumentos e levantar dados utilizados para justificar que tudo vai bem na nossa sociedade. Há a necessidade, mais do que nunca, de atuar sempre visando a transformação social, e a Psicologia precisa continuar tomando parte disso.

6 Referências

- Agamben, G. (2015). *Meios sem fim: notas sobre a política* (5a ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Aguena, P. (2005). Brasil: Conlutas, a construção de uma alternativa. *Marxismo Vivo: revista de teoria política internacional*, 12, 94-110.
- Almeida, J. M. (2007). *Os sindicatos e a luta contra a burocratização*. São Paulo: Editora Sundermann.
- Álvarez, R. S. (2000). La dimension política de la identidad del sujeto. *Espiral*, 6(17), 71-83.
- Antunes, R. C. (1982). *O que é sindicalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Chizzotti, A. (2001). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Costa, F. A., & Prado, M. A. M. (2011). Democracia e movimentos sociais: resistências hegemônicas e equivalência democrática. In Rasesa, E. F., Marleide, M. C., & Stralen, C. (Orgs.), *Psicologia Social: ética, participação política e inclusão social* (1a ed., pp. 83-97). Curitiba: CRV.
- Gohn, M. G. (2014a). *Novas teorias dos movimentos sociais* (5a ed.). São Paulo: Editoras Loyola.
- Gohn, M. G. (2014b). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (11a ed.). São Paulo: Editoras Loyola.
- González-Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201-210.
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (1994). A classe operária tem dois sexos. *Estudos feministas*, 1, 93-100.
- Kauth, A. R. (2008). La investigacion y enseñanza en Psicología Política. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 6(17), 1-11.
- Kuhn, T. (2009). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Lacerda, F., Jr. (2016). Insurgência, Psicologia Política e emancipação humana. In Hur, D., & Lacerda, F., Jr. (Orgs.), *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina* (pp. 49-63). Campinas: Editora Alínea.

- Lima, A. F., & Ciampa, A. C. (2012). Metamorfose humana em busca de emancipação: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. In A. F. Lima (Org.), *Psicologia Social Crítica: parallaxes do contemporâneo*. Porto Alegre, RS: Sulinas.
- Machado, F. V. (2013). Subjetivação política e identidade: contribuições de Jacques Racière para a Psicologia Política. *Psicologia Política*, 13(27), 261-280.
- Machado, F. V., & Costa, F. A. (2016). Ontologia negativa e o político: contribuições para a Psicologia Política. In Hur, D., & Lacerda, F, Jr. (Orgs.), *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina* (pp. 65-80). Campinas: Editora Alínea.
- Marconi, M. A., & Lakatos. (2013). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas.
- Martín-Baró, I. (1991). El método en psicología política (2013, F. Lacerda, Trad.). O método em psicología política. *Psicologia Política*, 13(28), 575-592.
- Marx, K., & Engels, F. (2016). *Manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Massulo, H. A. (2012). *CSP-Conlutas cria representação estadual no Amazonas*. Recuperado em 04 de abril de 2016, de <http://cspconlutas.org.br/2012/01/csp-conlutas-funda-representacao-estadual-no-amazonas/>.
- Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, 9(3), 239-262.
- Minayo, M. C. S. (2002). *Pesquisa social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Minayo, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Montero, M. (1991). Una orientación para la psicología política en America Latina. *Psicologia Política*, (3), 27-44.
- Montero, M. (2009). ¿Para qué Psicología Política? *Psicologia Política*, 9(18), 199-213.
- Morales, H. A. (2016). Psicologia Política latino-americana: reflexões sobre o seu lugar e desafios. In Hur, D., & Lacerda, F, Jr. (Orgs.), *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina* (pp. 137-143). Campinas: Editora Alínea.
- Mouffe, C. (1999). Por uma política da identidade nômade. *Debate feminista* (pp. 266-275). São Paulo: Melhoramentos.
- Mourão, A. R. T., & Cavalcante, S. (2011). Identidade de lugar. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Pavón-Cuéllar, D. (2016). Para uma redefinição marxista da Psicologia Política. In Hur, D., & Lacerda, F, Jr. (Orgs.), *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina* (pp. 33-47). Campinas: Editora Alínea.
- Prado, M. A. M. (2001). Psicologia Política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. *Psicologia Política*, 1(1), 149-172.
- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8(11), 59-71.
- Rancière, J. (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2000). *A partilha do sensível: Estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Sabucedo, J. M., & Rodríguez, M. (2000). La construcción social de la psicología política. *Suma Psicológica*, 7(1), 1-14.
- Sandoval, S. A. M., & Silva, A. S. (2016). O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In Hur, D., & Lacerda, F, Jr. (Orgs.), *Psicologia, políticas e movimentos sociais* (pp. 25-57). Rio de Janeiro: Vozes.
- Secretaria Executiva Nacional (2011). Recuperado em 04 de abril de 2016, de <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>.
- Silva, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Skalinski, L.M., & Praxedes, W. L. A. (2003). A abordagem marxista aplicada aos métodos de investigação em saúde. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, 25(2), 305-316.
- Soares, C. B., Campos C. M. S., Yonekura, T. (2013). Marxismo como referencial teórico-metodológico em saúde coletiva: implicações para a revisão sistemática e síntese de evidências. *Rev. Esc. Enferm USP*, 47(6), 1403-9
- Trópia, P. V., Galvão, A., & Marcelino P. (2013). A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas. *Opinião pública*, 19(1), 81-117.
- Vilas, X, Gómez-Román, C, Sabucedo, J. M. (2016). Cidadania e ação política: as marchas pela dignidade. In Hur, D., & Lacerda, F, Jr. (Orgs.), *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina* (pp. 81-93). Campinas: Editora Alínea.

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

Vimos através deste, convidá-lo/la a participar da pesquisa intitulada “**Identidade política numa Central Sindical da cidade de Manaus: um estudo psicopolítico**”. A pesquisa tem como pesquisador responsável o mestrando Paulo Victor Telles de Almeida, com endereço institucional na Avenida Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 (UFAM), telefone: 3305-1181 (Ramal 4127) e email pv.telles.almeida@gmail.com. O pesquisador responsável é orientado pela Prof^a Dr^a Iolete Ribeiro da Silva, com endereço institucional na Avenida Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 (UFAM), telefone: 3305-1181 (Ramal 4127) e email iolete.silva@gmail.com.

A pesquisa tem por objetivo geral compreender os aspectos psicopolíticos da identidade política de sujeitos que atuam numa Central Sindical da cidade de Manaus, e por objetivos específicos (1) identificar como se constroem os aspectos psicopolíticos no discurso dos/as participantes que atuam numa Central Sindical e (2) analisar os aspectos psicopolíticos associados à identidade política na fala dos sujeitos da pesquisa.

Não pretendemos trazer nenhum desconforto ou risco, já que trataremos acerca de sua experiência dentro da Central Sindical. Entretanto, como toda a pesquisa com seres humanos envolve riscos, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, o pesquisador, enquanto psicólogo, suspenderá a aplicação dos instrumentos de coleta de dados para prestar o acompanhamento psicológico necessário aos sujeitos envolvidos, visando o bem-estar dos mesmos.

Cumpramos esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores preestabelecidos de acordo com os riscos, e que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da graduação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

Os benefícios da pesquisa serão: (1) participar e construir um espaço de discussão acerca da temática proposta, (2) escutar e observar os/as participantes da Central Sindical, dentro de uma determinada conjuntura, e (3) desdobrar uma produção coletiva de posturas e de discursos emancipadores dentro do contexto do qual pretendemos trabalhar.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e aceitar participar do estudo, solicitamos a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder.

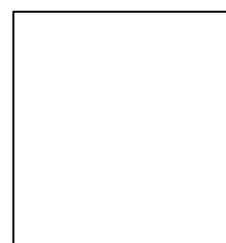
Eu, Sr/a fui informado/a sobre a pesquisa “**Identidade política numa Central Sindical da cidade de Manaus: um estudo psicopolítico**”, e concordo em participar da mesma e que as questões discutidas sejam usadas nesta pesquisa.

Manaus, ____/____/____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Assinatura da orientadora



Impressão dactiloscópica, no caso de não saber escrever

Apêndice B – Roteiro de Entrevistas Individuais Despadronizadas ou Não-Estruturadas

Dados pessoais:

Nome:

Data de nascimento:

Naturalidade:

Categoria/Movimento:

1. Trajetória dentro da categoria.
2. História dentro da Central Sindical.
3. Percepção a respeito da CSP/Conlutas.
4. Relação com os membros da categoria.
5. Relação com os membros de outras categorias/movimentos da CSP/Conlutas.

Apêndice C – Roteiro de Observação Participante

1. Interior dos lugares onde ocorrem as reuniões;
2. Opiniões referentes à temática da pesquisa;
3. Conversas informais entre os/as participantes da Central Sindical;
4. Dinâmica relacional dos membros da Central Sindical;
5. Interação com o observador.

Anexo A – Termo de Anuência da Instituição



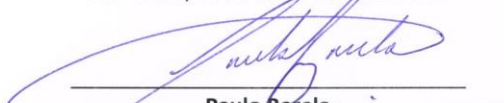
CSP-CONLUTAS
Central Sindical e Popular

TERMO DE ANUÊNCIA

A **Central Sindical e Popular Conlutas - CSP-Conlutas** - está de acordo com a execução do projeto "Identidade política numa central sindical na cidade de Manaus: um estudo psicopolítico", coordenado pela pesquisadora Prof^ª. Dr^ª Iolete Ribeiro da Silva, desenvolvido em conjunto com o mestrando Paulo Victor Telles de Almeida do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, e assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa nesta Instituição durante a realização da mesma.

Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/2012 do CNS. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

São Paulo, 30 de dezembro de 2016.



Paulo Barela
Membro da Secretaria Executiva Nacional da
CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular

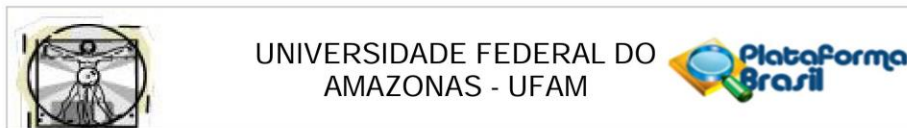
07.887.926/0001-90

CSP CONLUTAS-CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Rua Boa Vista, 76 - 11º andar
Sé - CEP 01014-000

SÃO PAULO - SP

Anexo B – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Identidade política numa central sindical na cidade de Manaus: um estudo psicopolítico.

Pesquisador: PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 66454817.0.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.004.866

Apresentação do Projeto:

Neste trabalho, procuro compreender aspectos psicopolíticos da identidade política de pessoas que compõem uma central sindical da cidade de Manaus. Para isso, reporto-me a autores que fazem uma leitura da atual conjuntura política e da história no movimento sindical, trazendo conceitos e construções históricas. Além disso, dialogo com autores que levantam conceitos que nortearão a reflexão acerca daquilo que será discutido com os/as participantes da pesquisa, como o de política, o de identidade e a própria elaboração que a Psicologia, enquanto ciência emancipatória e transformadora, traz desses marcos conceituais. Para isso, trago num primeiro momento, enquanto elaboração metodológica, alguns aportes epistemológicos acerca do fazer ciência, para a partir daí adentrar no tipo de pesquisa, cuja base será qualitativa. Após isso, discorro sobre os sujeitos e o local da pesquisa, a saber, sujeitos que fazem parte de uma central sindical da cidade de Manaus, a CSP/Conlutas. Também optei como técnica e instrumentos de pesquisa as entrevistas individuais não-estruturadas ou despadronizadas e observação participante. Por fim, analiso os dados coletados numa vertente dialética, com assimilação do material referente ao fenômeno estudado, exploração das conexões de elementos aparentemente isolados e síntese das conexões descobertas.

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 2.004.866

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender aspectos psicopolíticos da identidade política de sujeitos que atuam numa central sindical na cidade de Manaus.

Objetivo Secundário:

(1) Identificar como se constroem os aspectos psicopolíticos no discurso dos/as participantes que atuam numa central sindical; (2) analisar os aspectos psicopolíticos associados à identidade política na fala dos sujeitos da pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não pretendemos trazer nenhum desconforto ou risco, já que trataremos acerca de sua experiência dentro da Central Sindical. Entretanto, como toda a pesquisa com seres humanos envolve riscos, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, o pesquisador, enquanto psicólogo, suspenderá a aplicação dos instrumentos de coleta de dados para prestar o acompanhamento psicológico necessário aos sujeitos envolvidos, visando o bem-estar dos mesmos. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, e que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa serão: (1) participar e construir um espaço de discussão acerca da temática proposta, (2) escutar e observar os/as participantes da Central Sindical, dentro de uma determinada conjuntura, e (3) desdobrar uma produção coletiva de posturas e de discursos emancipadores dentro do contexto do qual pretendemos trabalhar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um pesquisa de PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA, mestranda do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI da Ufam. "Para construir este percurso metodológico, um reflexão acerca do tipo de pesquisa que utilizarei nesta pesquisa, a saber, o qualitativo. Esta

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

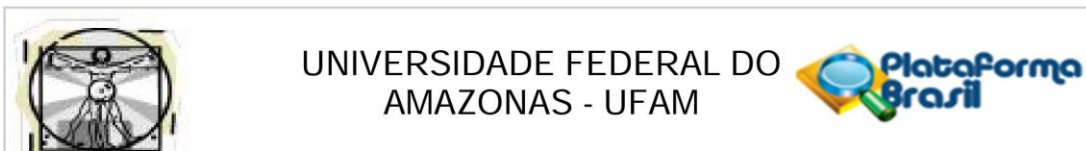
UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

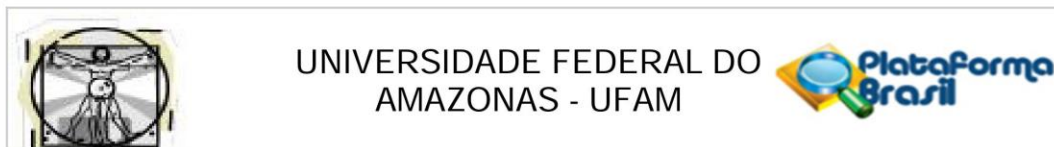
E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 2.004.866

abordagem foi escolhida, pois concordo com Minayo e Sanches (1993) um bom método começa pela forma como o pesquisador aborda determinado fenômeno e, neste caso, tal tipo se ajusta às minhas pretensões teóricas e metodológicas. Os/as participantes da pesquisa serão integrantes de uma central sindical localizada na cidade de Manaus, denominada CSP/Conlutas. A central, atualmente, é composta por sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais, sendo (1) Sindicatos: Sindicato Nacional dos Servidores Federais de Educação Básica, Profissional e Tecnológica/SINASEFE e Associação de Docentes da Universidade Federal do Amazonas/ADUA; (2) Oposições: Professoras/es, metalúrgicos/as e psicólogas/os; e (3) Movimentos sociais: Movimento Mulheres em Luta/MML; Movimento Luta Popular/MLP e Assembleia Nacional dos Estudantes Livre/ANEL. Pretendo trabalhar com uma amostra de 05 (cinco) participantes de todos os gêneros durante 02 (dois) meses. Optei por trabalhar com um número reduzido de sujeitos pois, conforme Gonzalez-Rey (2005), não é o tamanho do grupo que define os procedimentos de construção de conhecimento, mas os critérios de informação que dizem respeito ao modelo em construção que a caracteriza. Sobre o lugar, não existe uma sede própria da central sindical, seus encontros normalmente acontecem num centro comunitário de um bairro da cidade de Manaus e na sede de um partido político. No primeiro, as reuniões se dão em uma sala de aula, onde os/as participantes formam um círculo com as carteiras para o debate, e no segundo local, o encontro acontece numa sala ampla com uma mesa cercada de cadeiras, na qual as pessoas sentam ao redor. Para a realização das entrevistas, o espaço será escolhido pelos/as próprios/as entrevistados/as, visto que a reunião da central sindical ocorre em períodos relativamente distantes uns dos outros. Ficará, portanto, a critério do/a entrevistado/a a escolha do local para a realização do diálogo. Utilizarei, conforme dito anteriormente, para tal empreitada o tipo de entrevista despadronizada ou não estruturada, a qual dá ao entrevistado a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, sendo que em geral perguntas abertas e podem ser respondidas em uma conversa informal. De suas três modalidades, a saber, (a) focalizada, (b) clínica e (c) não dirigida, utilizarei a primeira, onde há apenas um roteiro de tópicos relativos ao problema que se pretende estudar, além da liberdade para se fazer a pergunta que quiser, não obedecendo uma estrutura formal, podendo sondar motivos e razões e dar esclarecimentos (Marconi & Lakatos, 2013). Já a segunda técnica é a observação, sendo esta uma coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de aspectos da realidade (Marconi & Lakatos, 2013). Devo esclarecer que já faço parte dessa Central Sindical onde pretendo desenvolver as discussões e, por isso, já tenho algumas ideias acerca da dinâmica das pessoas que a compõem. Minha entrada se deveu a construção do Sindicato das Psicólogas e

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 2.004.866

dos Psicólogos do Estado do Amazonas – Sinpsi/AM, cuja ajuda desta central se mostrou fundamental para a aprendizagem acerca dos movimentos sindicais, especialmente sua fundação e seu funcionamento. Posto isso, pretendo realizar a observação durante 2 (dois) meses das reuniões realizadas na Central Sindical. Pretendo, munido de um diário de campo, fazer anotações a respeito de objetivos sobre os indivíduos não tem consciência, entretanto os quais orientem seus comportamentos. Conforme orienta Marconi e Lakatos (2013), caracterizo minha saída a campo utilizando esta técnica como não estruturada, participante, individual e realizada na vida real. Além disso, minha participação será real com o grupo, sendo a observação feita apenas por mim.

Critério de Inclusão:

Os/as participantes da pesquisa estejam atuando na central sindical por mais de 01 (um) ano, possua idade mínima de 18 (dezoito) anos.

Critério de Exclusão:

A atuação dos/as participantes na central sindical por menos de 01 (um) ano, possua idade inferior a 18 (dezoito) anos, não esteja disposto/a em responder às perguntas ou pedir que seus dados sejam retirados da pesquisa, e a recusa em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Tamanho da amostra Brasil: 5

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1- Folha de rosto - Adequada, assinada pela coordenação do Programa;
- 2- Termo de Concordância – apresentado;
- 3- TCLE – apresentado, não menciona ;
- 4- Instrumento de Coleta de dados – foram apresentados roteiros de entrevistas;
- 5- Critérios de inclusão e exclusão - apresentados;
- 6- Riscos e benefícios – apresentados;
- 7- Cronograma – adequado;
- 8- Orçamento – adequado;

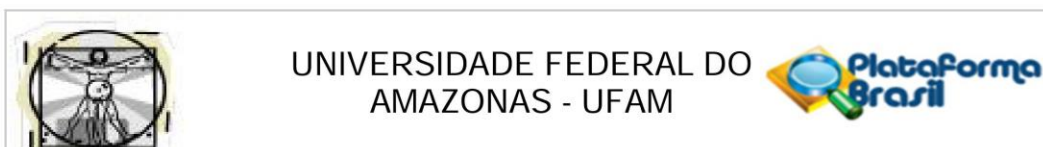
Recomendações:

Caso as entrevistas sejam gravadas, e caso haja registro fotográfico, mencionar no TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

o projeto possui relevância social. Atende a Resolução CNS 466/2012.

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-5130	Fax: (92)3305-5130
	E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 2.004.866

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_879482.pdf	20/03/2017 16:35:19		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisa.doc	20/03/2017 14:42:33	PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuencia.pdf	20/03/2017 14:26:06	PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	20/03/2017 14:24:39	PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	20/03/2017 14:21:16	PAULO VICTOR TELLES DE ALMEIDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 06 de Abril de 2017

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br